

UM OUTRO ETHOS DO MORAR

Muros nebulosos¹

ANOTHER ETHOS OF LIVING
Foggy walls

Igor Guatelli², Antonio Fabiano Junior³,
Eugenio F. Queiroga⁴, Fernando Freitas Fuão⁵,
José Carlos Freitas Lemos⁶, Isabela Sollero Lemos⁷,
Fernando de Mello Franco⁸, Guilherme T. Wisnik⁹
e Luciano Pessoa¹⁰

Resumo

Em tempos de alargamento do exercício da soberania, da intensificação da vigilância e do aprimoramento das técnicas de geo-localização populacionais, esse artigo multifacetado, aqui apresentado em uma forma polifônica de pequenos ensaios críticos quase independentes, originou-se de uma pesquisa sobre os processos do morar advindos de imprevisíveis deslocamentos e deslocalizações locais de indivíduos e grupos. Um morar resultado de ações intrusivas em lugares interditados, mas não só. Ocupações assumem aqui traços constituintes de um morar que se constrói a partir de uma hospitalidade quase incondicional, uma morada que se oferece como lugar privado de moradores, mas também como construção coletiva de seminiais sociabilidades em seus pequenos espaços gestacionais intramuros. Pequenas cosmopolíticas interiores. Palavras-chave: ocupações, deslocalização, hospitalidade, fronteira, abertura, espaços livres.

Abstract

In times of broadening the exercise of sovereignty, the intensification of surveillance and the improvement of population geo-location techniques, this multifaceted article, presented here in a polyphonic form of small, almost independent critical essays, originated from a research on the processes of housing arising from the local relocations of individuals and groups. A dwelling resulting from intrusive actions in prohibited places, but not only. Here, occupations assume constituent traits of a dwelling that is built from an almost unconditional hospitality, a dwelling that is offered as a private place for residents but also as collective construction of seminal sociability in their small intra-wall gestational spaces. Small interior cosmopolitics.

Keywords: occupations, relocation, hospitality, border, openness, free spaces.

¹ Artigo vinculado ao projeto de pesquisa “Habiter en devenir: autres demeures”, coordenado pelo Prof Igor Guatelli e financiado pela Maison des Sciences de L’Homme - MSH Paris Nord no biênio 2021-22.

² Professor FAU-Mackenzie, Pesquisador Associado Gerphau- ENSA Paris La Villette.

³ Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

⁴ Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

⁵ Professor Titular da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶ Professor da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷ Pesquisadora no LabQUAPÁ/FAUUSP e doutoranda FAUUSP.

⁸ Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

⁹ Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

¹⁰ Arquiteto e doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAUUSP. E-mail: pessoluc@gmail.com.

Apresentação

Imprevisíveis deslocamentos territoriais: um incômodo habitar e o abalo de hierarquias

Igor Guatelli

La dette devient dette d’existence, des sujets eux-mêmes [...]. Nul autant que Kafka n’a su montrer que la loi n’avait rien à voir avec une totalité naturelle harmonieuse, immanente, mais agissait comme unité formelle éminente et régnait à ce titre sur des fragments et des morceaux[...] (DELEUZE, GUATTARI L’Anti- Œdipe, p. 235).

Em um de seus últimos cursos ministrados no *Collège de France*, intitulado *Sécurité, Territoire, Population*, Foucault sugere, de certo modo que a modernidade é a arte de distribuição e controle da população no território. Produção de assimetrias e desigualdades sociais fazem parte da lógica de produção do espaço urbano, existem sempre as populações de dentro e as populações de fora. Zoneamentos urbanos fazem parte do conjunto de dispositivos que garantem essa distribuição e territorialização profundamente desigual das populações, mesmo sob o manto da garantia de supostos direito à cidade a todos justamente através da criação de zonas. Zoneamentos criam zonas de toda espécie, zonas de dentro, de fora, internas, externas, centrais, periféricas. Conforme Lazzarato, “As leis [...] devem evitar impor uma escolha, como poderia fazer um Estado intervencionista ou planejador, e devem definir apenas as regras do jogo, de modo que o Estado jamais esteja em posição decisória” (2017, p.104). De maneira camuflada, ou sem qualquer pudor, atos de zonear, com suas sofisticadas conjurações, envolvem questões éticas e políticas induzidas por uma vontade de estados de *apartheid*, mesmo em versões edulcoradas.

Talvez seja possível supor que discursos identitários, de fortalecimento de identidades, da construção de pertencimento, façam parte da ilusão de uma liberdade de escolha consoante à almejada normalização e estabilização das diferenças através da distribuição e “confinamento” [não é preciso aprisionar para confinar] em distantes territórios de indesejadas populações. Estamos diante de técnicas de uma “governamentalidade” negativa, exercida não pelo Estado, mas enunciada pela própria população. Recorrendo a Foucault, diz Lazzarato: “a governamentalidade deve agir sobre uma sociedade ‘na qual o campo seria deixado livre aos processos oscilatórios e na qual haveria uma tolerância aos indivíduos e às práticas minoritárias’”(2017, p.195). Acomodações forjadas ou aparentemente espontâneas em territórios não escolhidos a priori podem significar abdicação da liberdade de querer ser-outro, uma modalidade de dessubjetivação e servidão.

Assimetrias territoriais produzidas por uma legislação que, supostamente, deveria garantir o direito a todos de uma existência digna à cidade produzem existências em dívida consigo mesmas, sujeitos em dívida com suas próximas existências, vidas aquém de um direito à vida plena e digna. Existências aquém daquilo que deveria ser garantido por lei e por um Estado mais justo passam a lutar pela própria existência e de seus próximos. Dívidas de existência, vidas em dívida, produzidas pelo Estado e pelo Capital. Distribuição, indexação e territorialização de populações no espaço urbano tornam-se condenação a uma vida insuficiente, aquém daquilo que poderia ser entendido como vida qualificada, uma certa vida bios, segundo Agamben (2010).

Ancoradas em parcelas desqualificadas do território urbano, de longe, passivas, presenciam políticas e discursos de valorização desses territórios a partir da idéia de pertencimento e movimentos identitários. Pertencimentos, em muitos casos, poderiam

ser lidos como formas de aprisionamentos passivos dentro de macro lógicas político-urbanas. Seria possível ainda pensar a emancipação? De que forma podemos pensar a emancipação com radicalidade? Pensando com Bruno Latour (2020), talvez não se trate de pensar onde aterrar, mas como aterrar em territórios resultado de lógicas segregacionistas, cada vez mais inóspitos e avessos à hospitalidade e acolhimento do outro que não seja semelhante a ele mesmo, aquele que recebe, o hospedeiro.

Em uma epistemologia do pertencimento, possível dizer que tal afeto ou movimento também pode ser sinônimo de acomodação, apaziguamento, e mesmo um enfraquecimento da chance de amotinamentos, revoltas, lutas, insatisfações ativas. Uma análise de como o exercício de poder se manifesta mostra que as relações de dominação produzem, sempre, como um espelho, relações de resistência. Nenhuma forma de dominação – seja via Estado, Mercado - é capaz de se manter apenas pela virtude de seus próprios meios e forças, a maneira como ela se dispõe na sociedade é a garantia ou não de sua sobrevivência e perpetuação. A proliferação de discursos em defesa de movimentos locais identitários e diferentes formas de pertencimento é uma das maneiras desse mesmo poder se antecipar às formas de resistência mais violentas e imprevisíveis como estratégia para enfraquecê-las.

Há uma relativa previsibilidade e vontade de estabilização nas idéias de pertencimento e identidade em comparação aos amotinamentos e imprevisíveis deslocamentos de populações em relação ao lugar a elas destinadas por esses poderes. Como Thomas Hobbes compreendeu e bem expôs em sua obra *Leviatã*, a mobilização e legitimação da força do Estado e das forças dominantes pressupõem sua transmutação e introjeção em um sistema simbólico e legalizador de dominação que visa sua própria sustentação, reforço e naturalização no interior de uma ordem hierárquica onde repousa, com relativa estabilidade, a lógica de submissão dos dominados. Discursos de valorização de noções como pertencimento e identificações com o território onde certas populações habitam – mesmo que em periferias de periferias – e as ações sociais delas decorrentes, de certa forma são estimulados, quando não engendrados, pelo Estado ou pelas forças dominantes. Inseridos dentro de lógicas previamente estimuladas, prefiguradas e coordenadas, essas reações em torno de movimentos identitários e de pertencimentos são encaradas como previsíveis reações – parte do *script* do neo-liberalismo - dos chamados vulneráveis, excluídos, segregados. Contudo, uma vez deslocalizados de seus lugares “de origem”, tornam-se espectros a assombrar lugares e territórios onde não deveriam estar.

Quando essas mesmas parcelas da população se unem e começam a agir visando ultrapassar certas fronteiras que não deveriam ser transpostas, transformam-se, aos olhos desses poderes, em uma ameaça à estabilidade do equilíbrio e das assimetrias por eles construídos e mantidos dentro do sistema que institui os povos de dentro e os povos de fora. Revoltosos e indignados com a situação e território onde foram “acomodados”, sujeitos e grupos no interior dessas populações de fora iniciam deslocamentos em direção à superação de fronteiras e zonas que não deveriam ser transpostas. Cientes da domesticação e controle de seus desejos de transformação, dizem não aos lugares pela história para eles preparados para morar e se colocam como intrusos em territórios a eles interditados e inadmissíveis de serem por eles ocupados. Paradoxo, para lutar pelos direitos legais de existir dignamente na cidade e em territórios a eles não concedidos precisam se tornar foras-da-lei, ilegais lutando por leis mais justas.

Tornar a realidade inaceitável

Seguindo Walter Benjamin (2019), há uma “violência fundadora” no Estado de Direito que, pelas leis, sustenta sua reprodução. O Estado de Direito garante desigualdades que

provocam violências que, por sua vez, são vetores de multiplicação das desigualdades, de segregações e de existências supostamente em dívida com formas civilizadas de existência. Mas talvez não seja possível cogitar avanços civilizatórios sem alguma forma de violência, conflito ou de dissensos. Contra a domesticação, coletivizações insurgentes fundacionais de outras formas de morar [n]o espaço público urbano, um morar heteróclito, um direito à vida pública urbana não baseada no comando, obediência, com destinos traçados. Movimentos e existências ritualizados dão lugar a imprevisíveis fenômenos ligados ao ato de ocupar acompanhado do florescimento de outras formas de intimidade e vida pública.

Os movimentos de luta por moradia e suas formas de expressão, as chamadas Ocupações Urbanas, são uma dessas vias de resistência às ordens normativas dominantes e por onde parece ser possível a produção de dissensos indispensáveis a um devir urbano menos desigual. Existem lugares capazes de assegurar cegueiras e dormências sociais, mas também existem lugares capazes de provocar convulsões ou, ao menos, perturbações. As nomeadas “Ocupações urbanas” parecem abrigar esse potencial desestruturante das lógicas normativas dominantes e hegemônicas justamente por se tornarem territórios de abrigo de pessoas que, em princípio, não deveriam “estar” ou “existir” nesses lugares, que não poderiam ter ultrapassado certas fronteiras territoriais e sociais. São pessoas, grupos que disseram não ao território a elas destinado ou que a ele pareciam pertencer e, a partir dessa consciência de que [não] estão em dívida com a própria existência, lançam-se a um estar no mundo dissidente, intercomuns.

Tornam-se populações nômades, emancipadas do próprio território e, talvez por isso, em busca de outras formas de habitá-lo e estar no mundo. Por terem se lançado para além do interior dos territórios aos quais pertenciam, por terem cruzado e ultrapassado fronteiras e ocupado lugares a elas interditados, instituem novos limiares urbanos, quicá inauguradores de novas formas de intimidade e compartilhamento não consensuais. As Ocupações urbanas são os “novos” territórios inaugurados por essas populações que ousaram extrapolar fronteiras e aterrar de forma inaugural e singular, em territórios alhures e alheios às suas próprias existências.

Esses territórios e lugares inaugurados pela invasão, pela intrusão de indivíduos que, em certo sentido, resolveram dizer não às lógicas de sua distribuição no território, e de produção de assujeitamentos por meio de uma naturalização das existências assimétricas [merecedores e não merecedores de habitar determinados lugares] expõem como os ditos “Direito à cidade”, “Direito dos Homens” e o próprio papel do Estado estão em dívida com elas próprias, e não o inverso. De certa forma, podemos arriscar a dizer que desses territórios e zonas proletarizadas nas metrópoles afloram movimentos e partem pessoas que poderão se constituir como embriões de um contra-poder que transgredirá e perturbará lógicas organizacionais e distributivas dessas mesmas populações no território. Desse contra-poder podem emergir questionamentos às ordens e leis a que foram submetidas e delas são subtraídas. Esses movimentos de certas populações no território visam uma re-espacialização ética e política do espaço urbano a partir da abolição e superação de fronteiras e limites impostos por ordens e poderes dominantes e amparadas por uma legislação que as legitima.

São essas micro coletividades amotinadas, insatisfeitas com o lugar a elas destinado na sociedade e no território que nos dão a forma social de um devir, um devir sob a forma de pequenos coletivos e sociabilidades abertos a ajuntamentos, reuniões, cooperações e assembleias polifônicas, que vão emergir em territórios estranhos a elas próprias. São esses novos lugares, originados de ações e manifestações que transgredem fronteiras, que dizem não às fronteiras urbanas impostas por lógicas hegemônicas, que passarão a abrigar e anunciar processos vitais inauguradores de

outras relações sociais e urbanas a partir da chegada e instalação desses coletivos que supostamente não deveriam ali estar. Porém, uma vez instalados, tornam-se vetores, no início, de pequenas e locais revoluções urbanas, jurídico-legais.

As Ocupações urbanas são um evento social singular, um evento capaz de fazer com que os indivíduos que as criam sejam confrontados com as condições históricas de suas próprias submissões e “endereçamentos” sociais e territoriais e com as questões responsáveis por suas próprias humanizações. Por existirem fora-de-lugar, por existirem e persistirem onde não deveriam acontecer como evento, por desnaturalizarem processos de distribuição da população no território, as Ocupações urbanas expõem os processos de [des]humanização do mundo.

Se o Estado, para muitos, pode ser entendido senão como uma forma de “governamentalidade”, como mencionado, uma técnica de distribuição e assujeitamentos de corpos no espaço, que mascara e priva boa parte dos indivíduos do livre e legítimo combate político, talvez possamos dizer, com alguma cautela, sem desconsiderar resistências, que os discursos sobre pertencimento e defesa genérica das identidades territoriais acabam por contribuir com a consolidação dessas lógicas. Contudo, ocupações, resultado de manifestações e programas ativistas, apresentam-se como bússola que nos legam alternativas de agenciamentos sociais e territoriais sem as quais indivíduos periféricos e precarizados provavelmente permaneceriam territorializados e despossuídos da faculdade de experimentar e realizar sua própria humanidade medida pelo direito pleno de cidade.

Interiores com relações de exterioridade

A modernidade capitalista urbana se resume a processos de cercamentos, fechamentos, privatizações; intra-muros, as ocupações de edificações são penetrações, infiltrações, invasões desses lugares interditados criando brechas à outras hospitalidades, sociabilidades, coletividades que vão além dos modos de existência que parecem próprios e propriedade do mundo privado. Sem destruí-lo, as ocupações nublam as fronteiras desses mundos privados ao torná-los territórios de compartilhamento e de sociabilidades polifônicas, heterogêneas. A bússola das ocupações nos apresenta territórios até certo ponto inédito na estruturação e produção dos espaços público e privado urbanos.

Se tanto um como outro se tornam esferas da realização plena do panóptico, da implementação dos sistemas de controle populacionais, do exercício da soberania geolocalizante, as ocupações - lugares intra-muros, mas também lugares de resistência, de luta, de festa, de assembléias, heteróclitos - se tornam territórios de devires espaciais, sociais que não se encerram em categorias conhecidas - público e privado - mas, nem um nem outro, algo entre um e outro, inominável. Um certo pathos anarquista motivador das ocupações impossibilita que esses territórios sejam enquadrados em categorias conhecidas. E é importante que não o sejam. Se a anarquia, a *an-arkhé*, na etimologia do termo é algo sem fundamento, sem origem, o território das ocupações deve permanecer sem *nomos*, sem regras ou nomes pré-definidos; sem princípios, sem origem, sem regras categorizadas, são meios para a construção de um outro lugar dessas existências colocadas em dívida com a própria existência, o direito a existências qualificadas.

Nosso tempo não é mais um tempo aberto apenas a indignações, mas um tempo em que se torna necessário pensar transformações estruturais, de envergadura mundial. O momento é de abrir outras vias. As ocupações nos mostram que democracias só podem ser construídas e garantidas pela práxis, uma “demopraxia”, conceito criado por Paolo Naldini, publicado em *L'Arte della Demopraxia*, no jornal de *Arte e*

Transformazione Sociale Responsabile (Cittadellarte Edizione, 2012), citado por Michelangelo Pistoletto em uma conversa com Edgar Morin na publicação *Impliquons Nous* (2015) As ocupações e suas diferentes expressões, sejam em territórios restritos, fechados, intra-muros ou no espaço público podem ser entendidas como alavancas sócio-culturais que perturbam hierarquias, fronteiras e distribuições populacionais no território.

Pensar a emancipação por [des]imaginações

Esses territórios têm o potencial de se transformarem no devir-político, o devir-territorial, o devir-espaço livre, o devir forma morada de nossas metrópoles. Seguindo Jacques Rancière na obra *Penser l'émancipation* [trata-se de um diálogo com o filósofo Aliocha Wald Lasowsky], ele diz:

Ce qui fonde la soumission n'est pas l'ignorance mais la défiance: le sentiment qu'il n'y a pas d'autre monde possible, que l'on n'est pas capable d'en construire un autre ou que les autres n'en sont pas capables. L'émancipation, c'est la rupture de cette logique de la défiance. C'est l'affirmation d'une capacité de chaque individu, qu'il ne possède justement que comme capacité de n'importe qui, capacité qu'il faut également présupposer chez les autres pour pouvoir l'exercer soi-même. Et cette capacité se prouve par son exercice (RANCIÈRE, 2022, p. 124) [o que fundamenta a submissão não é a ignorância mas a desconfiança: o sentimento de que não há outro mundo possível, que não somos capazes de construir um outro mundo ou que os outros não sejam capazes. A emancipação é a ruptura dessa lógica da desconfiança. É a afirmação de uma capacidade de cada indivíduo, que ele possui justamente como capacidade de qualquer um, capacidade que é preciso igualmente pressupor nos outros para poder exercê-la ele mesmo. E essa capacidade se prova pelo seu exercício].

Rancière associa a emancipação a uma capacidade e poder de agir, criar novas possibilidades de pensar e de fazer, além de novas maneiras de ser e estar junto. Talvez seja nesse sentido que possamos situar as ocupações e a demopraxia que são capazes de instituir. Não imersas em ideologias e categorias espaciais prontas-para-uso, esses territórios anunciam e enunciam o outro de nós mesmos. As ocupações tornam a realidade inaceitável. As ocupações instituem uma outra economia da porta, um outro oikos-nomos, uma outra regra da “casa”. Acompanhando Agamben em suas reflexões sobre a porta, o foris , o fora, na etimologia da palavra, em muitas ocupações – como a ocupação 9 de julho em São Paulo e a hoje ex-ocupação 59 Rivoli, em Paris – a porta passa a ser “não apenas um acesso, que conduz a um outro lugar[...] Pelo contrário, ela é um evento de um fora[...] uma pura exterioridade” (2022,p.37). Ocupações nos mostram como é possível tornar a porta uma íntima foridade, uma abertura que conduz a uma interioridade que não pertence mais apenas a esfera doméstica, da morada familiar, mas abertura a qualquer outro , ao *autrui*.

Imersos durante dois anos em uma pesquisa sobre o tema, por mim coordenada, intitulada *Habiter en devenir: autres demeures* [Habitar em devir: outras moradas], financiada pela instituição francesa MSH Paris Nord – *Maison des Sciences de L'Homme Paris Nord*, nos envolvemos em discussões, debates, registrados em colóquios, sobre alguns casos de ocupações no Brasil, particularmente em São Paulo [Ocupação 9 de julho e Ouvidor] e Porto Alegre [Ksa Rosa], e na França, exclusivamente em Paris [59 Rivoli, Le Centquatre]. Os textos aqui apresentados trazem reflexões particulares dos pesquisadores de várias instituições nacionais que fizeram parte da pesquisa.

Os textos escritos apresentam, por vezes, diferentes abordagens e questionamentos sobre um mesmo território investigado, são vários os vieses e *leitmotifs* construídos a partir da seleção particular de imagens significativas e representativas para cada um dos autores. Durante esses dois anos, foram vários os momentos em que o trabalho em torno das imagens significou a possibilidade de questionamentos inesperados, a possibilidade de uma experiência estética, crítica e reflexiva que excedia a história e as representações mais imediatas dessas imagens e dos territórios investigados, além de perturbar os discursos e interpretações esperados e auto-evidentes sobre as próprias imagens e o que aparentam mostrar.

Talvez seja possível dizer que houve a intenção deliberada de um trabalho de “desimaginação” das representações unívocas, vulgares e automáticas das imagens, de conceitos e do que poderiam sugerir num primeiro momento para, a partir daí, mergulhar em uma zona cinzenta entre o visível, o sensível e o inteligível. Pensar a prática de uma outra democracia possível que vem com as ocupações e através delas começou pelo reconhecimento das nebulosas fronteiras estético-espaciais e teórico-conceituais. “*Le gris, il faut le trouver*” [o cinza, é preciso encontrá-lo], diz Cézanne, citado por Sloterdijk (2023, p. 256) em sua obra *Gris*, que completa dizendo que não é possível ser filósofo se não pensarmos o cinza. Acrescentaria dizendo que não é possível pensarmos outras sociabilidades e espacialidades se não entendermos o potencial do cinzento, do cinzento - nem branco, nem preto – do nebuloso, do enevado, com suas complexas nuances, variações e adiaforia.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *Quando a casa queima*. Belo Horizonte: yimé, 2022.
- BENJAMIN, Walter. *Pour une critique de la violence*. Paris: Allia, 2019.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. *L'Anti-Œdipe: Capitalisme et Schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: ícone Editora, 2014.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MORIN, Edgar, PISTOLETTO. *Michelangelo. Impliquons-Nous*. Paris: Actes Sud, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *Penser l'émancipation. Dialogue avec Aliocha Wald Lasowski*. L'Union européenne: L'Aube, 2022.
- SLOTERDIJK, Peter. *Gris*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2023.

Festejar é ocupar: entre a violência urbana e a festa como forma de produzir espaços de vida

Antonio Fabiano Júnior

É pela busca de desejada emancipação imanente, no vislumbre da luta pela desalienação, estruturada em quatro bases: (i) pelo entendimento da violência urbana como categoria política; (ii) pela necessidade de se pensar outras bases para a produção da emancipação social via constituição de rede e laços sociais; (iii) pelas prerrogativas de poder e (iv) pelo lugar vazio da autoridade como estratégia de distribuição de poder inscritos na vida em conflito e disputa, que este texto tece possíveis costuras, entre breves palavras e algumas imagens.

A violência urbana se apresenta em categoria política estruturalmente central atualmente, por indicar “sistemas de expectativas não realizadas no interior da vida social” (SAFATLE, 2020, p. 160), uma vez que a cidade não é somente palco de acontecimentos da vida – como uma base neutra que recebe a produção, a circulação e os seus modos de apropriação – mas algo que está posto nos modos como estes espaços são produzidos, onde o próprio território da produção do mercado (e de sua expansão), as suas formas de controle e poder, os campos dos agenciamentos sociourbanos, as práticas sociais, as ações de resistência e os conflitos inscritos nas formas de produção e gestão, produzem o espaço.

Se a violência urbana aparece nas cicatrizes da vida real, ela nos permite pensar, em outras bases, sobre o processo de emancipação social em um tempo de descredenciamento e descrença no poder da política. Descrédito, mas também aposta no reconhecimento, via aprendizado de tal produção espacial, na medida em que os conflitos articulam diferentes estratégias de produção de mercado e de resistência, realizada a partir de sua intensificação, enunciado na contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da vida.

Viver é um estado forma(ta)do entre espoliações e expulsões urbanas de constante violência: somente na cidade de São Paulo, entre março de 2020 e dezembro de 2021, pelo menos 2.719 famílias foram removidas e 197.368 famílias foram ameaçadas de remoção (UNGARETTI *et al*, 2022, s/p.).

É nesta tensão, vivida em instâncias emaranhadas, acopladas e atreladas, que as formas de controle e seus dispositivos de poder ganham potência, quando devidamente alinhadas à produção do espaço e a expansão dos mercados em processos do capital que, cada vez mais, se realizam como formas de circulação que tangem variadas escadas de atuação, da pequena à grande, renovando a situação de conflito, como campo de agenciamento sociourbano e de práticas sociais na produção das territorialidades urbanas, espalhada por todos os espaços. A destruição, como vemos a galope pós golpe, é uma enorme construção política.

Neste sentido, é importante reconhecer a potência e o problema da ideia e das prerrogativas de poder: a concentração de qualquer coisa só pode existir em determinado ambiente e este ambiente é o lugar da representação de poucos, escancarando a lógica estruturada pela propriedade privada que subjuga modos de vida, atrelada à política de domínio e controle do Estado (instância, por essência, de poder, capaz de criar e suspender regras que permitem direcionar, redirecionar e moldar um ideal modo de vida burguês via a instauração e regulação de ordem e lei).

Esta estrutura poderosa de dominação por meio das formas de controle – que aumentam as desigualdades, as segregações e as expulsões de uma vida possível – acabam

por constituir, como comenta Sassen, “condições conceitualmente subterrâneas que precisamos trazer para a superfície. São, em potencial, os novos espaços para a criação” (2016, p. 263). Espaços que revelam que as tratativas de poder também produzem a vida, mobiliza afetos e constrói laços sociais na constituição de sujeitos políticos, derivada da construção permanente, contínua e, por isso, incompleta, de sua formação, composta por transversalidades que atravessam múltiplas territorialidades urbanas em suas formas rotineiras e conflituosas.

A Ocupação 9 de julho, no centro de São Paulo, em conjunto com o MSTC (Movimento Sem Teto do Centro), é caso exemplar para nos dar bases especulativas sobre as complexidades e contradições vividas justapostas no meio urbano. Localizada em edifício que foi do INSS, entre idas e vindas – por mais de 20 anos o edifício permaneceu vazio até ser ocupado em 1997 e que, após processos de reintegração de posse e desocupações, foi novamente ocupado em 2016 pelo MSTC – hoje abriga mais de 120 famílias distribuídas em 14 andares. Entre crianças, adultos e idosos que compõe as cerca de 500 pessoas que vivem no local, o espaço conta com brechó, marcenaria, cozinha coletiva, refeitório, sala de convivência, biblioteca, brinquedoteca, galeria de arte, quadra, ateliê e espaço de venda de roupas, horta comunitária, estacionamento, área de eventos, espaços de discussões e debates, seções de cinema, lançamentos de livros e revistas, shows e festas. Tais programações não cessam nesta lista: continuamente ganham novas nuances, apropriações e construções que tangenciam formas outras de viver e compreender a cidade. São estas disposições políticas atuantes que carregam, com si e em si, formas múltiplas de possível prática de experiência democrática, capazes de transbordar as energias em um entendimento de que estar em fluxo contínuo e inacabado é condição e (con)formação da própria existência. É a partir desta intensa vida coletiva, aberta também aos não moradores do edifício – muitos de classe média apoiadora de grupos e movimentos coletivos, que encampam campanhas importantes contra o racismo, homofobia, misoginia e meio ambiente –, que o entendimento da permissão da circulação dos conflitos pode levar, como descreve Safatle “ao reconhecimento da necessidade de um certo lugar vazio da autoridade como condição para a criação social contínua” (2020, p. 45). Ou seja, reconhece-se que nem toda relação de poder é uma relação de dominação, porém para isso, no processo de concentração real e de representação, o lugar do poder precisa ser entendido, simbólica e de forma partilhada, como o espaço do vazio e é esta sustentação que mantém o seu caráter de permanência, onde este esvaziamento constrói formas sucessivas de renovação e superação, como algo que não tem preenchimento definido, consolidando um sistema de relações igualitárias que dissolve a ideia de grupo e conseqüentemente a de excluídos, sendo esta a que fica. O esvaziamento, constituído por uma forma de não preenchimento, se apresenta como ação capaz de abrir espaço de renovadas relações de cooperação, como um movimento de transitoriedade que marca esta possível formação de vida coletiva.

É no campo do vazio que se exige, para sua completude, condições mínimas de possibilidade e estrutura coletiva pois “há certa forma de fazer do vazio a forma de presença de algo que empurra a vida social para a emergência do que ainda não tem figura, emergência do que queima nossas formas de representação” (SAFATLE, 2020, p. 55).

Na discussão de/sobre poder, trava-se campos de força e batalha entre concentrar e distribuir. Para que coexistam, entre estes dois polos entra a não submissão do jogo da eliminação, ação tão presente quanto estruturante na oposição das experiências de emancipação e de liberdade, estas sim bases que caminham em direção à possibilidade de constituição de laços sociais. Isto nos faz pensar que a distribuição necessita dissolver/destituir a concentração, instituição criada pelo próprio poder. Assim, o que sustenta e permite o exercício das relações de poder é algo que pode dissolver estas



Figura 1 – Ocupação 9 de Julho e seu espaço coletivo de horta e esplanada para eventos entre dois empreendimentos recentes de habitação, com espaços de lazer privados. Foto: Antonio Fabiano Jr., 2022.

próprias relações. A emancipação é a chave e o núcleo deste exercício, pois seu processo tem como horizonte as lutas políticas, capaz de produzir singularidades a partir da brecha como um lugar de desejo de ruptura. Tal ruptura abre o campo das estruturas da detenção do poder e também do saber.

Esta construção de constante movimento e incompletude corrobora para redefinir estratégias e movimentos implicados com a transformação de comportamentos e valores, e suas representações e visões de mundo mobilizadas, em ações práticas de formação do sujeito político, pois apostam na construção da paisagem da vida da produção social, atrelada diretamente ao fazer e saber coletivos. Tais formações contínuas revelam, não somente as novas forças produtivas sociais, como as organizam, não apenas como uma renovação da produção, mas também na produção, pelos modos inovadores de imaginá-las e estudá-las.

É neste campo que a Ocupação 9 de Julho nos coloca em deslocamento pois abre espaço à experiência do inexistente, mas que continuamente se transiciona em constante transformação que, como em um ciclo, repõe novas formas como resposta da (re)formulação do outro. Se uma grande parcela da população não tem presença, enquanto direito na sociedade civil, as ações promovidas de forma contínua pela Ocupação se contrapõem a uma normatividade instituída de participação, construídas em outros valores. É nesta chave que a autonomia, como algo que está além do vigente, pressupõe o coletivo.

Há que reconhecer que binarismos (público/privado, bem/mal, inclusão/exclusão, centro/periferia, dentro/fora, ação/reação, construção/destruição, ocupação/retirada, apropriação/expropriação) não dão conta da realidade que não tem só mil faces, como continuamente constroem tantas outras margens – sociais e territoriais, legais e políticas. Se o campo articulado do capital ganha formas que se redefinem em uma velocidade cada vez mais rápida, a ponto da reação não conseguir se articular justamente porque, desde seu início, é cooptada para uma nova redefinição, aqui a chave é de um outro tempo, que não o da completa oposição, mas o da constituição, apresentação e reconhecimento de hábitos plurais, abertos e que convivem no contraditório, estes sim capazes de criar outras regras que não as hegemônicas.



As ações – as propostas e as incorporadas pela própria dinâmica cotidiana – são todas conhecidas: comer, conversar, aprender, se divertir. Todos estes momentos de criação, que vem a partir de algo muitas vezes cristalizado, mas proveniente de plurais formas de constituição social em relação às diferenciações espaciais, evocam a criação de uma mudança de imaginário. Imaginário que transcende suas próprias fronteiras de atuação em direção a elos de relações feitos em suas construções. Elas, mais do que manifestações que acontecem no urbano, são a realização do urbano – concebido, vivido e percebido (LEFEBVRE, 1974) – como processos que retomam o espaço de direito e reforçam a ideia de diversidade e vitalidade, em direção a relações de cooperação, solidariedade, compromisso cívico e justiça social, em uma aposta de uma retomada de um projeto utópico, como sinalização do desejo por um outro mundo. Estas ações nunca se dão isoladamente, ao contrário, apresentam-se em pares: a cozinha da 9 de Julho, condutora das ações do espaço, promove almoços abertos para a comunidade todos os domingos, sempre com convidados externos que pilotam a cozinha que, para cada refeição vendida, uma outra é doada. Junto a ela shows, conversas, exposições, vendas de produtos feitos por moradores, parcerias com outras organizações populares, acontecem. Há aqui um certo trânsito não definido de ações que corrobora para ampliar a condição do que é viver naquele espaço que promove outros sentidos comunitários.

Tal pluralidade de encontros, base da estrutura de ações coletivas da Ocupação 9 de Julho, instiga a possibilidade de acesso a um novo modo de pensar e, sobretudo, de se organizar, através do entendimento de seu papel como lugar de um mundo ancorado em outras formas de redes sociais coletivas, capazes de nos levar a possíveis formulações de uma reterritorialização da práxis política (NEGRI; GUATTARI, 2017), não como um retorno a universalização, mas como reconhecimento das condições dos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que pensam, fazem e constroem o urbano e a vida urbana.



Figuras 2 e 3 – Exposição “O que não é floresta é prisão política”. Show da cantora Tulipa Ruiz. Fotos: Antonio Fabiano Jr., 2019.

Referências

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. *As verdades nômades: por novos espaços de liberdade*. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autentica, 2020.

SASSEN, Saskia. *Expulsões*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016

UNGARETTI, Débora; PECORA, Guilherme; SÁ, Júlia; SANTOS, Renato Abramowicz, GONSALVES, Talita Anzei; MARINO, Aluizio. *Balanco das remoções em dois anos de pandemia na Região Metropolitana de São Paulo*. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/balanco-das-remocoes-em-dois-anos-de-pandemia-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>. Acesso em: 01 nov 2022.

Ocupação 9 de Julho – espaço livre

Eugenio Fernandes Queiroga

Este breve artigo se dedica a uma reflexão sobre o espaço livre, ou de maneira mais rigorosa, sobre o sistema de espaços livres (SEL) da Ocupação 9 de Julho, situada no Bairro da Bela Vista, centro de São Paulo. A Ocupação, segundo o site da “Cozinha Ocupação 9 de Julho”, “[...] é um prédio ocupado pelo MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro, em São Paulo. O Movimento tem como objetivo de garantir o direito constitucional à moradia e uma reforma política e social que democratize o direito à cidade como um bem comum [...]”¹¹.

O MSTC ocupa desde 2016 um prédio na Avenida 9 de Julho que já foi sede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e que estava abandonado há décadas. Nos 14 andares do edifício habitam 124 famílias, cerca de 500 pessoas. Trata-se da mais importante ocupação do centro da capital paulista. Tal importância se deve a múltiplos fatores, entre os quais o papel do SEL da Ocupação 9 de Julho, sua relação com a visibilidade do movimento para o público externo que frequenta o local, para seus seguidores nas mídias sociais, para a interação direta ou indireta, com outros movimentos e grupos sociais.

Evidentemente o edifício abriga as mais importantes funções habitacionais ligadas à esfera de vida privada, mas é no SEL da Ocupação 9 de Julho que se dão as ações mais representativas da esfera de vida pública realizadas no local. Várias dessas ações implicam em interdependência com espaços do edifício para a sua existência, porém a visibilidade maior da esfera de vida pública se dá em espaços livres da Ocupação.

Antes de discorrer sobre o SEL da Ocupação, vale entrelaçar algumas notas conceituais que não apenas se prestam como categorias analíticas para o entendimento do estudo de caso, como são postas em questionamento pela própria complexidade do fenômeno investigado. O que importa são as pessoas e suas práticas espaciais e não o engessamento de uma robusta teoria encastelada. Teoria e empiria se relacionam dialeticamente, permitindo, quiçá, uma abertura do olhar.

Entrelaçando conceitos

Entende-se sistema como um objeto complexo (MORIN, 2008), onde as relações estruturais entre os atributos dos elementos que compõem o sistema são o que o caracteriza, ainda que temporariamente, pois sendo os sistemas abertos, novas variáveis o transformam, sejam internas ou externas. Um sistema é sempre um sistema de sistemas, composto por subsistemas e relacionados a sistemas maiores.

Compreende-se o espaço como um híbrido, como um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações, entre fixos e fluxos, entre materialidade e sociedade (SANTOS, 1988). As ações (presente) dos diferentes sujeitos sociais se dão sobre base material pré-estabelecida (passado) segundo intenções (futuro) distintas, por vezes contraditórias e conflitivas. O espaço possui, portanto, um componente inercial e preexistente (sistema de objetos) e um componente dinâmico (sistema de ações). O espaço tem valor ativo no movimento dialético da sociedade, tem-se não simplesmente a dialética no espaço, mas do espaço (SANTOS, 1996).

Espaço livre é “simplesmente” o espaço não ocupado por um volume edificado (MAGNOLI, 1982), são os espaços descobertos, abertos, não apenas os jardins e praças, mas as ruas, os quintais, as florestas, os rios, o pátio descoberto de um presídio, o campinho de futebol na periferia etc. Em inglês se diz “open spaces”, por que então não traduzi-los para “espaços abertos”? Não cabe aqui aprofundar essa polêmica discussão, mas a ideia de liberdade, no sentido proposto por Arendt (1958), ou Sartre (1998), talvez estivesse como potência na noção pretendida por Miranda Magnoli (1982) quando escreveu que “O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz [...])”. Então mais do que espaço aberto, espaço livre, mais do que abertura, liberdade!

Por uma questão operacional e normativa, no campo da prática profissional do planejamento urbano, reduz-se o espaço público aos espaços de propriedade pública. Assim, nem todos os espaços públicos se prestam para a esfera de vida pública, entendida como a esfera das ações políticas (esfera pública política) ou, de maneira mais ampla, como toda a vida que se dá em público, às vistas do público em geral (esfera pública geral)¹². Uma reserva biológica, por exemplo, é espaço de propriedade pública, porém, enquanto unidade de conservação ambiental de proteção integral seu acesso se dá, ao menos em tese, apenas para a pesquisa científica, evitando-se ao máximo o impacto da presença humana sobre os processos ecossistêmicos que se quer preservar¹³. Por outro lado, ações da esfera pública, geral ou política, podem se estabelecer em determinadas propriedades privadas sob determinadas circunstâncias.

Espaço livre e espaço público tão pouco são sinônimos, pode-se ter espaços livres em propriedades privadas, assim como são espaços públicos os edifícios ocupados pelos museus, quartéis ou escolas públicas, entre outros.

A fluidez do sistema de ações sobre o sistema de objetos permitiu conceber a noção de pracialidade (QUEIROGA, 2002), um estado de praça, as ações próprias da vida pública que caracterizam as praças e que se dão, em determinadas situações, em outros espaços livres e até mesmo edificados. Pracialidades ocorrem de forma variável no tempo, dos campinhos de futebol na periferia, às grandes manifestações políticas que fecham ruas e avenidas em áreas centrais metropolitanas, dos botecos que se expandem para as calçadas às festas juninas etc.

Assim, podemos interpretar os espaços livres da Ocupação 9 de Julho, como um SEL aberto, não isolado, capaz de conter práticas cotidianas da esfera de vida privada e eventos frequentes da esfera de vida política, pracialidades.

O SEL em movimento

O SEL da Ocupação 9 de Julho apresenta uma série de espaços livres que podem ser nomeados com certa facilidade: a calçada da entrada principal da Ocupação que se dá pela Rua Álvaro de Carvalho e não pela Avenida 9 de Julho, a rampa em declive que dá acesso aos principais espaços coletivos da Ocupação, a horta, o pomar em área plana e no talude, o espaço de antiga construção térrea hoje descoberto restando apenas as paredes, com destaque para o espaço livre maior aqui denominado de quadra-salão, o talude estabilizado com estrutura de concreto entre a área da entrada e o edifício, o talude vegetado entre a área da quadra-salão e o estacionamento, o estacionamento situado no nível da Av. 9 de Julho e, por fim, a calçada da Av. 9 de Julho.

¹² Sobre os conceitos de esfera pública política e esfera pública geral, cf. Queiroga (2012).

¹³ Cf. a Lei nº 9.985/2020 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no país. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

¹¹ Disponível em: <<https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.



Cada espaço cumpre certas funções no cotidiano habitacional da ocupação, mas quase todos eles se ressignificam nos eventos mais abertos ao público. O SEL pulsa de maneira muito diferente entre os dias de semana, em que predominam as ações da esfera de vida privada e os fins-de-semana, sobretudo aos domingos, onde alguns espaços se constituem em fortes pracialidades.

A Ocupação 9 de Julho é muito bem estruturada e organizada. Estabelece-se uma ordem de natureza orgânica, com direitos e deveres definidos e redefinidos através de amplo debate comunicativo. Estabelece-se não apenas uma razão comunicativa entre os ocupantes (HABERMAS, 1989), mas em boa medida uma razão pública, entre os moradores da Ocupação 9 de Julho e os habitantes e frequentadores do entorno, do centro e da metrópole, ao menos em relação àqueles interessados nas práticas socioespaciais promovidas pela Ocupação.

O SEL acolhe a maior parte das pracialidades da Ocupação. O evento público mais frequente é o almoço de domingo, momento importante para a geração de renda para os ocupantes, mas talvez ainda mais relevante para a divulgação da Ocupação 9 de Julho para um público variado que vai além dos já simpatizantes das causas do MSTC. Não à toa, entre os vários grupos organizados da Ocupação, a “Cozinha Ocupação 9 de Julho” é o mais conhecido pelo público externo. A cozinha fica dentro do edifício, no piso de acesso público, onde os frequentadores acabam passando pela lojinha da Ocupação, pelo corredor com informações do MSTC, instalações artísticas, exposições das oficinas etc. Uma vez com o prato servido, as pessoas almoçam na quadra-salão e imediações.

Todas as paredes da quadra-salão são grafitadas, com temas referentes às lutas populares, impossível almoçar sem observá-las. Árvores estendem suas copas para dentro da quadra-salão, criando um ambiente de sombra, ao mesmo tempo acolhedor e instigante, com as paredes definindo um espaço confinado, com o céu visível entre as copas das árvores, espaço livre.

É na quadra-salão que se realizam shows, lançamentos de livros, saraus, festas juninas e outras manifestações culturais, bem como eventos estritamente políticos. Tais eventos transbordam para os demais espaços descobertos da antiga construção, chegando até as rampas de acesso ao edifício e, sobretudo, até a rampa de acesso à rua.

Nos dias de semana, a quadra-salão é utilizada com maior frequência como uma “simples” quadra de futebol. Os grafites, no entanto, não permitem que o lazer esportivo se dê em espaço despolitizado. Como um “rastros” (DERRIDA, 1991) a esfera pública política invade a esfera privada. Aliás, na Ocupação 9 de Julho nada da porta para fora de cada apartamento é simplesmente do domínio da esfera privada. A dimensão política é a razão de existência da Ocupação.

A larga rampa que interliga a entrada principal ao edifício e aos principais espaços livres da Ocupação é bastante utilizada aos domingos, além de seu evidente papel de circulação, se constitui em espaço de estar e convívio públicos, pode-se simplesmente tomar sol em esteiras e cadeiras de praia pela manhã, espaço de ver e ser visto, espacialidade da vida pública, pracialidade.

A horta e o pomar não são apenas espaços de subsistência, mas informam o visitante sobre a utilidade da agricultura urbana, sobre a qualidade da produção orgânica ali realizada, uma clara demonstração de que o morar e o produzir de forma popular e coletiva são possíveis no centro da grande metrópole.

As calçadas são espaços de propriedade pública, integram as vias públicas, mas pode-se falar das calçadas da Ocupação 9 de Julho como os espaços de fronteira do SEL da Ocupação. Na calçada da Rua Álvaro de Carvalho, a pequena e principal entrada para a Ocupação 9 de Julho passa quase despercebida, o que chama a atenção são os grafites que cobrem o muro em toda a testada, destaque para a frase “Quem não luta tá morto”. A calçada em si vem recebendo um plantio popular de herbáceas, arbustos e algumas árvores, uma imagem de informalidade prosaica que contrasta com o grafite político do muro e com a aridez e rigidez que caracteriza a maioria das calçadas do centro paulistano.

A calçada junto à Av. 9 de Julho dá acesso ao estacionamento da Ocupação, a outrora entrada principal do edifício está fechada. Também ali chama a atenção os grafites e algumas pichações. Nos grafites frases como “Se morar é um direito, ocupar é um dever” e “Juntos moramos” alertam o transeunte para a dimensão política do lugar.

Por um paisagismo popular

O SEL da Ocupação 9 de julho acolhe as mais ordinárias e extraordinárias ações e manifestações. Plantar ou construir um piso, pintar um grafite ou produzir uma instalação artística, são ações que enriquecem cada espaço livre e o SEL como um todo. Pouco ali parece ser aleatório, tudo ali possui razão de existência, a informalidade, a organicidade a maneira simples de (re)construir o espaço que acolhe os eventos (im)previstos com fluidez, articulação e competência são constitutivas de uma prática paisagística coletiva e popular, capaz de receber e propor o novo, ressignificar pré-existências. No SEL da Ocupação 9 de Julho a paisagem se transforma e transforma quem dela usufrui.

O MSTC faz da Ocupação 9 de Julho e de seus espaços livres uma prática pedagógica e política. Tem-se, em pleno centro de São Paulo, uma mostra de paisagem popular. Que a academia saiba aprender a participar de processos como este, contribuindo para a formulação de um paisagismo popular, incluído de saberes e linguagens plurais, em movimento, onde espaços livres sejam espaços de liberdade.



Referências

BRASIL. *Presidência da República. Lei nº 9.985/2000*. Regulamenta o art. 225 [...] da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza [...]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 01 de jul. 2023.

COZINHA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO. *Sobre a cozinha da Ocupação 9 de Julho – MSTC*. Disponível em: <<https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

DERRIDA, Jacques. A diferença. In: *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action* [1981]. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason.

MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1981. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MORIN, Edgar. *O método 1: a natureza da natureza* [1977]. 2. ed. Tradução de Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUEIROGA, Eugenio. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa*. 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

QUEIROGA, Eugenio. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. 284 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/publico//QUEIROGA.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução: Paulo Perdigão. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.



A Morada Charneira: Ocupação Ksa Rosa

Fernando Freitas Fuão e José Carlos Freitas Lemos

O sistema criou essa forma de organização que a gente vive, de sociedade, para nos engessar assim (...) eu me afastei (...) rompia com esse entendimento de que é dentro de uma disputa partidária que tu vais conseguir mudar uma realidade das pessoas (...) achei que era mais (...) me sentia mais útil atuando no despertar da consciência crítica e no empoderamento (...) eu já tinha essa certeza, essa fé de que a cultura e a arte liberta (...) eu vi, eu presenciei as pessoas se transformarem (...) acredito que vim já em 2007, completamente convicta do que eu queria fazer aqui na Voluntários.

Maristoni Moura.

Coordenadora da Ocupação Ksa Rosa.

A ideia inicial, era simplesmente abrir um círculo na parede. Por algum motivo decidiu-se fazer outro círculo e assim surgiu um olho. Achei o fato interessante e me inspirei nisso, na questão dos olhares. São muitos os olhos que por lá passam, ficam, vão embora, voltam; a Ksa Rosa tem vida intensa. Uma troca de olhares é uma forma de se comunicar, é uma conexão.

Tomás Cavedon; aluno de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS; 2017/ 2º semestre.

Este ensaio refere – em termos arquitetônicos, topológicos, espaciais – cortes, furos, fendas, buracos. Não apenas como figuras, mas também expedientes filosóficos fundamentais que sirvam para contrapor pensamentos coletivamente acolhidos, contestar noções socialmente vulgarizadas, impugnar conceitos corriqueiramente difundidos e resistir a ideias tradicionais de ordem. Com este propósito, advém tanto das experiências conhecidas como *buildings cuts* do artista norte-americano de



ascendência chilena Gordon Matta-Clark (1943-1978), particularmente a obra chamada *Conical Intersect* (1975)¹⁴, quanto da reflexão desconstrutora e de crítica à colonialidade do filósofo franco-magrebino Jacques Derrida (1930-2004). O objetivo é acrescentar subsídios para a análise arquitetônica e urbanística¹⁵ dos ambientes de moradas nos grandes centros urbanos de nossa atualidade global, enfatizando o caráter dominante, devastador e inumano de suas segregações sociais. Discriminações e apartamentos compreendidos como fortemente associados à condição de colonialidade. Será ressaltado a Ocupação Ksa Rosa e sua inserção na cidade de Porto Alegre.

Paris, setembro de 1975, Distrito *Les Halles-Plateau Beaubourg*, localidade em tensão. Colisão de posturas, de um lado a perspectiva da “destruição da história como motivo progressista”, de outro, “a necessidade de preservar a memória e o patrimônio urbano”. Uma nuvem de poeira sinaliza uma despedida, um adeus. Matta-Clark inicia recortes circulares em casas do século XVII, os números 27 a 29 da *Rue Beaubourg*, últimas remanescentes da metamorfose local que resultaria na construção do *Centre National d’art et de Culture Georges-Pompidou* (1977). Ao contrário do que poderiam imaginar, Matta-Clark, não era adepto das destruições, desejava uma crítica, um olhar diferente. Visava construir um “antimonumento” que seria proposto mediante cortes radicais em dois edifícios históricos adjacentes e condenados à demolição para criticar a gentrificação que se abatia sobre a localidade urbana. Queria alcançar a visualidade de uma agitação crítica, um atordoamento que desconstruísse noções usualmente estáveis como interior e exterior, cheio e vazio, público e privado, ressignificando metaforicamente o espaço¹⁶. Os círculos maiores e menores em planos de paredes diferentemente distanciadas sugeriam a continuidade abstrata de um tronco de cone perfurante, daí o título “interseção cônica”. Construção de um centro cultural, destruição

¹⁴ A contribuição de Matta-Clark para a Bienal de Paris de 1975.

¹⁵ É importante não confundir a ideia de desconstrução aqui comentada com o movimento de desconstrutivismo arquitetônico contemporâneo promovido por Peter Eisenman, Frank Gehry e outros arquitetos.

¹⁶ BORTULUCCE, 2011, p. 113.



de um bairro. Obra-aniquilamento, arte-arquitetura mediante extermínio, desolação, destroço, ruína. Concomitância de novos significados e de perdas irreversíveis. Morte anunciada, trabalho do luto diante de visões improváveis. Os furos de Matta-Clark alertam.

Porto Alegre, janeiro de 2018, Bairro Floresta, número 1039 da Rua Voluntários da Pátria, segundo semestre em que a Ocupação Ksa Rosa é a temática da Disciplina Projeto Arquitetônico II do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Um projeto de Ação de Extensão Universitária também passa a se relacionar com a atividade de graduação. Aqui, como ocorreu na Rua Beaubourg quase cinco décadas antes, também uma bruma de cisco circunda os trabalhos. A ação é o exercício acadêmico da disciplina Projeto Arquitetônico II, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que no projeto coletivo previa a retirada do forro da sala da biblioteca da ocupação. Estudantes e professores são envolvidos por odores ignorados e cobertos por sedimentos de tempo, resíduos acumulados por décadas de insetos, morcegos e outros animais. Inusitadamente, no grupo, nasce a ideia de se aproveitar o andaime alugado para abrir uma passagem, uma abertura/porta entre a presente sala e outra vizinha. Foi se desenhando e surgindo a proposta da abertura de um furo circular, o que foi prontamente aceito pela coordenadora da ocupação Maristoni Moura. Uma vez aberto o primeiro círculo, e experimentadas as transformações de ventilação, iluminação e espacialidade, outra parede passaria a ser alvo para um segundo furo menor em alinhamento horizontalmente inclinado. Assim, como resultado de uma discussão coletiva, avançou o processo compositivo de supressões, e, numa maneira alusiva à dinâmica Conical Intersect de Matta-Clark, igualmente foi possível imaginar um tronco de cone entre os furos.

Abandono físico e cultural, subversão de regras e orientações, sujeitos e ambientes desafiante, desagregação social e espacial, apartamento de lugares e pessoas, foi muito instigante e em grande dose inusitada a aproximação desconstrutora dos campos temáticos abordados tanto por Matta Clark quanto por Derrida. Desconstrução é um termo que parece, à primeira vista, negativo, parece ser o contrário de construção



e sinônimo de destruição e demolição, indicando uma decadência ou uma falta de projeto. Porém, a partir de Derrida, a desconstrução pode ser uma visão mais refinada da desmontagem estruturalista, muito presente no processo de Matta-Clark. Ao longo das atividades acadêmicas de aulas de graduação, redações de textos, artigos e relatórios de pesquisa e projetos de extensão relacionados o espaço da Ocupação Ksa Rosa ambos, artista e filósofo, promoveram incessante influência. Aconteceu uma paulatina, mas muito agitada convergência das propostas de suas obras até uma provisória visibilidade presente, que aqui se pretende comentar por intermédio da extraordinariamente rica noção de furo, buraco, fissura e brisura. Avizinhamento que apenas agora nos surge como coerência e lógica, mas que talvez logo se modifique noutras coisas, noutras compleições, de acordo com a natureza impermanente da estratificação da vida nos meios urbanos.

A postura crítica diante dos processos de colonização aconteceu em Derrida de maneira concomitante a seu gesto mais famoso da desconstrução¹⁷. Muitos consideraram (e Derrida concordou) o próprio empreendimento da desconstrução como uma prática de desconfiança dirigida a qualquer eurocentrismo¹⁸. Assim, do princípio ao fim de sua vida acadêmica, tal crítica à colonialidade se configurou como uma característica muito relevante. Talvez três das suas obras possam ser destacadas no sentido desta crítica, *De la grammatologie* (1967), *La mythologie blanche: (la métaphore dans le texte philosophique)*, texto presente em *Marges – de la philosophie* (1972) e *Le monolingüismo de l'autre* (1996)¹⁹. De saída, em *Gramatologia*, Derrida cria o termo “logocentrismo” para referir o mais autêntico e preponderante dos etnocentrismos, imposto a todos os continentes do globo. O título *Mitologia Branca* é uma referência à própria metafísica, suporte da longa tradição filosófica do Ocidente. Ou seja, o mithós, o logos, a razão do homem branco. E, em *Monolingüismo do Outro* comenta que os

17 HADDOCK-LOBO, 2019, pp. 22-36.

18 DERRIDA, 2005, p. 42 apud HADDOCK-LOBO, 2019, p. 24.

19 Id., ibid., pp. 24-30.



processos de apropriação e desapropriação de línguas e culturas são acompanhados de gradações de violência e crueldade.

Derrida, produziu importante análise sobre o hífen que ao mesmo tempo une e separa os dois termos da expressão “franco-magrebino”. Identificou neste hífen o signo de um afastamento tão imenso quanto um mar, o Mediterrâneo, grande hiato separador da cultura colonizada argelina e cultura colonizadora francesa²⁰. Se quiséssemos comparar com ocorrências latino-americanas, hifens em palavras como luso-brasileiro ou hispano-colombiano poderiam remeter similarmente ao afastamento representado pelo Oceano Atlântico. A palavra que Derrida usou para referir este hífen que ao mesmo tempo junta e separa colonizadores e colonizados foi *brisure*²¹. A palavra traduzida no português, “brisura”, seria tanto “parte fragmentada, quebrada, brecha, fratura, fenda, corte, furo”, como também “articulação, charneira, dobradiça, gonzo”. Derrida introduzia este termo, esta ideia para pensar a relação estranha entre o “fora” e o “dentro”. Aquilo que é simultaneamente fora e dentro. Como no exemplo do colonizado que é colonizador, que se transmuta em colonizador por ter pele mais clara que outros colonizados, desta maneira reproduzindo o etno e o eurocentrismo em sua própria sociedade colonizada, em que ele próprio é colonizado. Ou seja, o colonizador que é colonizado por seu próprio sistema. Brisura colonizador/colonizado, a brisura, o furo como marca, hiato-chaga da segregação, lacuna-ferida da colonialidade.

Não só no presente texto, como também no cotidiano de atividades práticas e teóricas da disciplina de Projeto na Ocupação Ksa Rosa a ideia da brisura foi tomada como princípio de estranhamento e desconstrução. Furos/brisuras na estrutura arquitetônica têm forte conotação metafórica. E, tanto no pensamento desconstrutor de Derrida, quanto nas práticas desconstrutoras de Matta-Clark, metáforas rompem os limites dos conceitos, alargam ideias fazendo-as explodir. A metáfora brisura/furo/charneira,

20 DERRIDA, 1991, p. 75, apud HADDOCK-LOBO, 2019, p. 31.

21 Id., *ibid.*, p. 31.



Figura 4 - Gordon Matta-Clark, *Conical Intersect*, 1975.

amplia, solapa, desmonta elementos do discurso arquitetônico usual. As rupturas metafóricas de Matta-Clark eram premissas da abertura, máximas do acolhimento, axiomas da perfuração que definiam passagens entre público e privado. Puderam ser portais do pensamento como também as portas do artista francês Marcel Duchamp (1887-1968).

Na Ksa Rosa, o furo ocorreu no interior. Do interior para o interior. Entre peças inclusas, oclusas. Não há o movimento espiralado em diagonal de interior para exterior ocorrente na *Conical Intersect* de Matta-Clark. No entanto, podemos dizer que os dois furos ou brisuras, agindo como seções circulares, definiram também um tronco de cone, uma interseção cônica de outro tipo, diferente daquela de maior complexidade de Matta-Clark. Talvez pudéssemos compreender a intervenção de Matta-Clark, em outro sentido, porque não havia preocupação arquitetônica com usos posteriores aos cortes ou com a ação futura das intempéries, pois aqueles prédios de 300 anos seriam demolidos. O próprio aparente descaso em oferecer uma ferida aberta, desprotegendo o interior, fazia parte do nítido estratagema geral de Matta-Clark em alertar para o aniquilamento do patrimônio. A ideia de charneira funcionava fazendo que, ao mesmo tempo, observadores fossem atraídos pela forma inusitada, mas também se sentissem chocados pela exposição agressiva da estrutura interior ao sol e à chuva.

O uso do espaço por pessoas sempre foi a meta principal pelo coletivo da ocupação, e pelos alunos da disciplina de projeto II ou por seus professores. Quando foram pensadas e executadas, as brisuras circulares sempre fizeram parte dos ambientes de maneira a influenciar usos e acrescentar qualificações cognitivas ao discernimento de morada. Ou seja, a motivação dos furos foi arquitetônica. Todos pensavam na invasão de luz, na melhora de ventilação (agora cruzada), no aumento de miradas, na agregação visual de todos os ambientes. O resultado impactou, de salas “mornas”, enclausuradas e com feição estática, comprometidas com funções utilitárias como a acumulação de objetos, a revolução dos furos circulares as fizeram eclodir em ambientes extrovertidos, em maior contato com o exterior (porque agora as peças se conectavam a todas as

janelas), dinâmicas, cuja centralidade da atenção passava a ser justamente os furos, as diferentes perspectivas de enquadramentos de um ou de ambos.

A brisura/furo/charneira desfamiliarizava, deflagrava um sentido alternativo de assimilação e compreensão arquitetônica. Aludia outros significados, interpretações diversas que escapam à opinião dominante da arquitetura, evitam a *doxa*, driblam o senso comum. A metáfora do corte faz ingressar num jogo de movimentos propiciado pelo gesto da cesura, da destruição que reconstrói, instala a passagem por muito tempo impossível. A força da incisão, o ímpeto do corte, o *furor do furo*, todo o seu desconcerto parte do pressuposto de que quem adentra o interior da arquitetura carrega em si um conceito prévio de espaço e de reconhecimento de lugares usualmente simplificados e estritamente utilitários, digamos domesticados, habituados.

A brisura atribui complexidade arquitetônica. Da lacuna, do oco no furo irrompe a nudez momentânea de um novo²². A seguir sobrevém reconhecimento invertido do significado mediante tal desmontagem. O buraco, o hiato, o vazio como parte da estrutura. O negativo da arquitetura, a subtração, como conceito operatório compositivo. Entalhes, chanfraduras, biselamentos enquanto demonstrativos de que a construção também passa pela destruição²³, a reversão de negativo em positivo ou a inversão de acréscimos em faltas. A clausura busca a luz, muros se abrem em entradas ou saídas. Acontecimentos, usos e funções se unificam através de cortes, permitindo uma completa modificação do tempo na obra. A união, o encontro dos diferentes eventos sobrepõem seus tempos. O buraco gera relações que não existiam antes dele, cria surpresas, interações novas, tensiona espaços. O tempo do corte adquire sentido próprio²⁴, experiência de atravessamento, passagem.

Mas o furo ele mesmo, o hiato que lhe representa, o próprio vazio não tem tempo, não pertence ao tempo, a nenhum tempo, é um não-tempo. Seu estranhamento inclui, além de uma heterotopia, uma heterocronia. Uma borda entre dois ou mais estados diferentes. Talvez tanto um tempo sem tempo quanto um tempo de muitos tempos. Na Ksa Rosa, além de cortes foram promovidas intervenções de cobrimentos, veladuras, *decollages*, descascamentos, enxertias, e mosaicos. Compreendidas tanto como recursos técnicos diretamente aplicados, quanto maneiras de pensar e projetar os processos de construção/destruição da arquitetura²⁵. É a partir dessa reflexão da abertura, do furo enquanto estranhamento, reflexão teórica e filosófica que partiremos para explicar a ocupação Ksa Rosa e o processo de acolhimento.

Esse estranhamento trata-se de uma provocação para desencadear o processo de assimilação de um outro sentido da arquitetura, um sentido que escapasse a opinião dominante da arquitetura, a *doxa*, o senso comum. Partia-se, então, da metáfora, do jogo e do movimento propiciados pelo gesto do corte, do destruir para reconstruir, da busca pela passagem até então impossível pelo abandono, pela escuridão.

O furor do furo, o furo e seu furor, o desconcerto, partiu do pressuposto de quem adentra ao interior da Ksa Rosa carrega em si um conceito prévio de espaço e de reconhecimento desse espaço, de habitação, de lugar, de interior e exterior, não importando se é catador ou alguém que vive dentro de uma arquitetura habitada, domesticada. Na Ocupação Ksa Rosa, os muitos furos existentes agem como metáforas, metonímias, analogias, antíteses e paradoxos da concepção de casa com a qual fomos

22 CIDADE, 2010, p. 22.

23 Cidade, 2010, p. 13.

24 Id., *ibid.*, p. 17.

25 O “processo de construção/destruição da arquitetura” é a síntese temática e metodológica tratada na disciplina de graduação referida.

domesticados. Aí ocorrem inversões, sobreposições, alterações de sentido. Uma porta, por vezes, transforma-se em janela, uma parede torna-se passagem, entradas, muitas vezes são bloqueadas. O furo é um etéreo elemento de transição. Estes buracos, passagens, acessos, portas e janelas fazem parte da constituição essencial da arquitetura, participam daquilo que é o fundamento do habitável, mas não habitual, dos rudimentos arquetípicos da arquitetura. Espécie de reminiscência ancestral que viabiliza a circulação da vida. Furos expõem a nudez da arquitetura. Furos são sempre entradas para mundos, portas, passagens, efeitos de expansão, exposição, expressão diante de universos. Por eles nascemos, despertamos, desabrochamos para novas configurações, cenários e contextos.

Ao perfurarmos, (re)produzimos o mundo, dobramos o espaço e abrimos o que era fechado ao mundo numa curvatura de acolhimento, uma invaginação. As aberturas encerram a polaridade platônica da luz e da escuridão. A entrada através delas é sempre envolvida de mistério, o escuro da terra, a gruta, a caverna, o terrorífico, o grotesco. Portas também são saídas, traz à luz, o vento no rosto, a revelação, a beleza, o alívio, a esperança, o encorajamento, o mundo, a vida. Nós vivemos e somos trespassados, pela *perfuracidade*. São furos pequenos, médios, grandes. Existem buracos em todas as coisas, fendas por toda a parte. Aberturas e orifícios nos referem à porosidade da vida e das relações, mesmo as paredes, as barreiras, os bloqueios parecem ter brechas invisíveis que nossos olhos sempre estão prontos a atravessar, tocar. Num sentido filosófico, tais rupturas de Matta Clark eram premissas da abertura, máximas do acolhimento, axiomas da perfuração que buscavam passagens entre público e privado. Eram portas do pensamento como as portas do artista francês Marcel Duchamp.

Os buracos são atratores, chamam a atenção, sugam a tudo e a todos, traga luz. Esta relação de sumidouro da luz é peculiar ao diafragma da máquina fotográfica com a objetiva, a mesma existente entre a pupila e o olho, rasgo e espaço que Matta-Clark investigava.

E o buraco parecia um olho. O olho, ao contrário do que se pode pensar, é também um sentido tátil, apalpador. Tal como a mão ele toca e é tocado. Na visão e na vida, tanto o olho quanto o furo trazem simultaneamente mistérios e revelações. O próprio olho possui uma espécie de buraco, a pupila, por onde penetra a luz, que se projeta sobre a superfície parabólica de células fotorreceptoras da retina. A luz penetrante na caverna do olho é instantaneamente transformada em impulso pelo nervo ótico e em campo visual pelo cérebro. Entra luz e sai visão. Todo o processo da visão nos incorpora e penetra através de um furo.

Havia ali um campo de forças em estreito contato que mantinha a forma e definia espaços. O buraco parecia gerar um campo de força de atração enquanto ferimento na parede. Ela denuncia, realça o abandono, mas simultaneamente reenvia a um ato de criação por antonomásia. Esburacar naquele momento foi um ato libertador para todos nós e para Ksa, um atrevimento, um ato de sobrevivência.

Diferentemente das propostas de Matta-Clark, os dois buracos feitos na Ksa foram decisão e obra coletiva entre moradores da Ksa Rosa, alunos e professores. Igualmente aos de Matta-Clark, eles tensionaram as fronteiras entre arte e arquitetura, embora arte e arquitetura sejam apenas duas das palavras que acionam os processos na Ksa Rosa. Vivência e experimentação coletivas são termos que passam mais vezes pela língua de quem ali trabalha. Nos processos compartilhados cada um tenta descobrir, criar uma participação que tenha significado a partir de decisões e gestos negociados. Há também uma ética coletiva; a ação de um afeta o outro.

Os buracos na Ksa representam também aquilo em que as pessoas podem cair fundo e se perder. Agora a fissura e não a brisura, mas sim o vício, o ralo do *crack*, que engole, absorve. Os dois buracos apontam para cotidianos nos quais o corpo pode mergulhar, terminar. As paredes em que se encontram, foram bombardeadas por décadas. Muros nervo-expostos que dão um depoimento agudo da história da Ksa. Os buracos são círculo perfeitos sobre todo um resto de paredes irregulares como feridas. São os furos do abandono, oferecem aos visitantes o sentido de incompletude do humano, como referido por Paulo Freire. Estas feridas que ficaram nas paredes gritam contra todas as convenções do que uma casa possa comportar, desacomodam o olhar.

Diante da realidade xenofóbica e racista da cultura ocidental moderna, Derrida e Matta-Clark certamente não obtiveram a sorte de serem devidamente reconhecidos como autênticos exemplos de cidadãos de suas pátrias-mãe. Derrida, nascido na Argélia colonizada pela França e vindo de família judia, e Matta-Clark, norte-americano, mas filho de pai chileno. Voltando os olhos para o Brasil percebemos que é grifado com abrasadores signos de uma colonização secular ainda em curso.

Para que se tenha uma ideia, em pleno ano de 2023, a parte de sua história influenciada pela presença de escravos ainda é quase três vezes maior do que o segmento de tempo sem o absurdo cativo de pessoas negras. Assim, é esperado e muito reconhecido o fato de que a desigualdade global se reproduza em seu território de maneira dramática. Em 2021 o contingente populacional com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais (96 dólares) foi aproximadamente 30% da população brasileira (de um total de 214,3 milhões de pessoas)²⁶. A distribuição de renda por etnia configura que dos 10% mais pobres 80% são negros²⁷. Mesmo que Derrida e Matta-Clark tenham pertencido a grupos étnicos colonizados em seus países de origem, nem de longe se aproximaram da hiperbólica crueldade colonial testemunhada em carne viva por estas muitas gerações de coletividades miseráveis. Historicamente, o modelo hegemônico de urbanização no Brasil e no mundo tem afastado as camadas mais pobres em direção à periferia dos territórios. As zonas de pobres, com grande concentração de negros, são territórios que ninguém quer ver, brisuras no desenvolvimento etnocêntrico. Brisuras arquitetônicas e urbanísticas são produzidas tanto pela gerência do desenvolvimento dos territórios quanto pelas resistências populacionais. Ao retirar a visualidade, esconder uma população, esquecer suas demandas, a administração pública das cidades instala o vórtice da brisura, porque faz nascer o desespero do ativismo pela vida. Seres humanos expulsos, desassistidos, segregados, continuamente retornam para o local onde as condições viabilizam seu trabalho e sua subsistência. São atores desafiantes das ideias, dos discursos e dos valores hegemônicos das sociedades de nossas grandes cidades²⁸. Moradores de rua, favelados e ocupadores de imóveis urbanos e rurais são todos desafiadores do sistema político, das elites e das autoridades. Ao lutarem por suas vidas geram desconforto, medo, ódio e discórdia com estas outras instâncias sociais. Estas pessoas geram também brisuras, o desafio ou o desafiante em si se apresentam como brisuras. Suas cenas são metáforas de furos no sistema, não deixam esquecer o quanto sua desassistência impede o pleno desenvolvimento geral. Um pedinte na calçada, uma fileira de casebres montados com restos de materiais inadequados, uma antiga casa abandonada ocupada são signos de um novo tipo de morada da cidade moderna, a morada charneira. Trata-se de um lugar de desafio, uma brisura, uma dobradiça, um furo.

26 NERI, 2022, p. 3.

27 MADEIRO, 2019. UOL, <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>

28 TRINDADE, 2017, p. 159.

O não tratamento, a desatenção em relação às localidades brisuras é o principal motivo do fracasso do planejamento urbano das grandes cidades. Políticas públicas e resistências sociais geraram estes furos/gonzos que necessitam ser enfrentados. As ocupações de prédios abandonados nos centros urbanos fazem parte deste processo. São metáforas, brisuras, charneiras. A Ksa Rosa é uma delas, ela mesma uma brisura por ser desafiadora do sistema. Alunos e professores, ao se darem conta das ocorrências sociais, se engajarem e procurarem aprender com coletivos ocupadores, igualmente tornam-se desafiadores do sistema político, das elites, das autoridades, de colegas de corporações profissionais e de colegas de academias. A morada brisura/charneira é local de constante tensão, entra-se, mas, não se sabe o momento em que autoridades, comandados pelas elites entrarão porta a dentro para expulsar a todos. Trata-se de um adentrar/fora. As ruas das cidades são as principais referências dos moradores de casas charneiras, são casas-ruas. Na Ksa Rosa e outras ocupações ocupa-se um furo, vive-se no furo, se usa a ruína, apropria-se o abandono. A obra de Matta-Clark e os furos na Ksa Rosa se aproximam de Derrida na crítica à estrutura, promovendo uma arqueologia da construção e elaborando uma crítica à sociedade pós-humanista. Aprender a nova arquitetura do projetar os grãos de vida em tempo real torna-se o desafio. A morada charneira talvez seja o objeto de estudo arquitetônico e urbanístico mais importante de nosso tempo presente.

Sobre a hospitalidade /acolhimento, lembramos que ela traz o tema no espaço fora do espaço. A hospitalidade transfere a noção de lugar para o indivíduo. Ele próprio é o portador da hospitalidade, ele é o próprio espaço, como se o sentido não estivesse no espaço ou na arquitetura, mas sim nas pessoas. O espaço de um edifício prestes a ser demolido, a partir da possibilidade da experiência, transfere para o outro – artista, observador – a imagem fraturada e que fere.

Se presume que o sobrado de dois andares, sede da Ksa Rosa, tenha sido construído próximo à virada dos séculos XIX e XX. A Ksa Rosa situa-se na Rua Voluntários da Pátria, lugar esse que sofreu um longo processo de degradação, correspondente à sua própria história na cidade de Porto Alegre. Atualmente é uma das zonas de maior concentração de comerciantes da reciclagem de resíduos sólidos e também de concentração do crack, a “Cracolândia” de Porto Alegre.

O dia era nublado. E o silêncio da constatação daquela mudança e abandono acrescentava uma tristeza de impotência. Desânimo de um mundo esperando ajuda, sem parceiros interessados em acudir. Aproximando-se da Farrapos brotavam prostitutas das janelas, moradores de rua encorajavam-se a pular grades e viver em meio a entulhos de detritos e sucata dentro de pátios de sobrados abandonados e semidestruídos. O trecho da Farrapos até a Voluntários e na sequência da Voluntários até a Ksa Rosa era e continua hoje a ser particularmente crítico. Hotéis inacreditavelmente pobres e arruinados dão lugar a mais prostitutas, que se misturam ao submundo do crack e outras drogas pesadas. Os locais de prensagem de resíduos de papeis e plástico sempre ativos são misturados com a rede de tráfico de drogas numa aparente feição indistinta. Na Voluntários crianças, cachorros e vendedores de refeições diversas (não raro fazem churrascos de carne de frango e de costela de gado em toneis nas calçadas) se somam a esta multidão frenética (José Carlos Freitas Lemos).

Passar a trabalhar em um lugar considerado à margem e no qual alunos de uma universidade (pública!) dificilmente pisariam, se tornou então, além de um desafio, um ato transgressor. Como se formar arquiteto desconhecendo e ignorando uma parcela

da cidade em que se habita? Foi com este horizonte de compreensão da formação e da prática profissional do arquiteto que, no primeiro semestre de 2017, a disciplina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Projeto Arquitetônico II, iniciou a colaborar com a ocupação na relação ensino-aprendizagem²⁹ e no primeiro semestre de 2018, criou-se um projeto de extensão para melhorar seu apoio³⁰.

Nesse trabalho coletivo, 'conjunto', há a recusa a trabalhar com qualquer noção de hierarquia, buscando romper a natureza disciplinar do universo acadêmico da arquitetura e das artes. Redescoberta do mundo num sentido de muitas mãos, em que moradores e alunos organizam espaços com uma visão crítica interativa. Soluções e surpresas inusitadas. Vivências diretas de interpretação de mundo, o fim não interessa o fim é o caminho percorrido, a criação em diferentes formas. As experiências na Ksa ocorrem em relação direta com o mundo, em um mergulho na coletividade e complexidade, contraponto à lógica neoliberal que propõe formação acadêmica distanciada de um implicar-se na realidade do campo social de um modo amplo. Contraponto a formações que se limitam a salas de aula, laboratórios e ateliers muitas vezes desconectados do fluxo da vida. A Ksa é oportunidade para praticarmos algo que não é um tempo nem um modo pré-determinado, fixo. Ela é uma espécie de gerúndio que está sempre inventando práticas coletivas que vão descascando, pintando, repintando, escrevendo, descartando, desenhando, pensando, acolhendo, recolhendo, fotografando, desmanchando, colando, rasgando, esburacando...

“Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. (FREIRE, 1996, p.50). Se a conclusão é o fechamento preterimos o inacabado e o inconcluso, sempre a abertura, sempre o buraco.

Referências

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. O espaço na obra Interseção Cônica, de Gordon Matta-Clark – *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.16, p. 113-129, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%207.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

CIDADE, Daniela Mendes. *Os cortes de Gordon Matta-Clark: um ritual de destruição e reconstrução da arquitetura*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27864>. Acesso em 24/05/2020. 2010.

FUÃO, Fernando F. As formas do acolhimento em arquitetura. Em: SOLIS, Dirce; FUÃO, F. *Derrida e arquitetura* (orgs.). Rio de Janeiro: Eduerj. 2014.

FUÃO, Fernando F. *A porta*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2016/09/a-porta-fernando-fuao-figura.html>. Acesso em 24/05/2020. 2016a.

FUÃO, Fernando F. *As portas de Duchamp*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2016/11/as-portas-de-duchamp.html>. Acesso em 24/05/2020. 2016b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Derrida e a experiência colonial: Para o outro lado do Mediterrâneo e além... *Ensaio Filosóficos, Volume XIX* – Julho/2019. Disponível em: http://www.ensaiofilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/03_HADDOCK-LOBO_Ensaio_Filosoficos_Volume_XIX.pdf. Acesso em 23/01/2022.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Uma brisura: Derrida às margens de Nietzsche. Morpheus, *Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Conhecimento e Sociedade* - Vol 04-número 06 – 2005. Publicação on-line semestral - ISSN 1676-2924. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4742/4233>. Acesso em 29/01/2023.

LE MOS, José Carlos Freitas. *Para uma história da desigualdade*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23754>. Acesso em 24/05/2020.

LE MOS, José Carlos Freitas; FUÃO, Fernando Freitas; Zanatta, Cláudia Vicari. Artefurar: Ocupação Ksa Rosa. *Contemporânea*, v.3 n.5, e8, 2020, p.01-09. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/45288/46127>. Acesso em 29/01/2023.

MADERO, Carlos. *Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos...* UOL, Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 29/01/2023.

MORAES, Angélica de. *O furo que mudou a história da arte*. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/MostrasExpos/Arte/noticia/2014/03/o-furo-que-mudou-historia-da-arte.html>. Acesso em 24/05/2020. 2014.

NERI, Marcelo. *Mapa da nova pobreza*. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV, Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em 29/01/2023.

VIECELLI, Ana Paula; FUÃO, Fernando. A porta, a ponte, o buraco, um orelhão. *Querências de Derrida, moradas da arquitetura e filosofia*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

²⁹ Esta temática da disciplina de projeto arquitetônico II é ministrada pelos professores Fernando Fuão e José Carlos Lemos.

³⁰ O projeto de extensão universitária “Reabilitação Arquitetônica da Ksa Rosa. Projeto e Execução” (Faculdade de Arquitetura/UFRGS) é coordenado pelos professores Fernando Fuão (Arquitetura/UFRGS), José Carlos Lemos (Arquitetura/UFRGS), Ana Paula Kirchheim (Engenharia Civil/UFRGS) e Cláudia Zanata (Artes Visuais/UFRGS).



A Cidade que entra e o Lar que sai

Isabela Sollero Lemos

Na busca pela compreensão dos arranjos práticos ricos de toda a complexidade da ordem multidimensional da sociedade, nem sempre os limites são claros. O elemento físico que representa o limite entre o espaço público e o espaço privado - seja ele um muro, uma porta, uma cerca - pode ser visto para além da função de separação entre um domínio e outro. Quando esse elemento é poroso e os limites são difusos ou transitórios, mais possibilidade existe de interação entre pessoas e usos que acontecem de um lado e de outro. A diluição de limites e a interação contém uma dimensão ética possibilitada pela necessidade de coexistência cotidiana com a diferença. Mesmo que as relações sejam anônimas, frágeis e momentâneas, existe um respeito, uma consideração em relação à presença do outro, que pode ser um caminho para a humanização. É claro que junto ao convívio, também existem tensionamentos e disputas. No entanto, o conflito é inerente à relação social, é também uma forma de socialização e de interação.

A seguir discutiremos brevemente alguns aspectos que perpassam os limites entre espaço público e espaço privado em duas situações espaciais muito representativas do habitar cotidiano na América Latina: a Ocupação 9 de Julho, no Centro da cidade de São Paulo (imagens 1 e 2), e um território periférico denominado Santa Fé, na Cidade do México (imagem 3). Trata-se de espaços de vida como formas populares de construir a cidade, que estão em constante transformação. São territórios dos homens pobres e lentos (SANTOS, 2006), que não se deixaram seduzir pela aceleração contemporânea e pela voracidade do tempo presente, e com isso se aproximam mais dos problemas da existência cotidiana. Ali, as inter relações são fluidas, transbordam, e a apropriação pública é construtora de identidade. Evoca laços de pertencimento e estabelecimento de fronteiras porosas. São pactos que constroem as práticas e os grupos sociais que as alteram.

Dentro que é Fora

A entrada original do edifício onde atualmente habitam os moradores da Ocupação 9 de Julho acontecia pela fachada frontal, simétrica, sem recuo frontal do monumental do prédio *art deco*, direcionada para a Av. 9 de Julho, via importante na área central da cidade de São Paulo. Os moradores da Ocupação inverteram a entrada, que agora acontece pela rua de trás, ou seja, pelo antigo fundo do lote. Esta inversão mudou completamente o ponto de vista e a percepção do lugar. Hoje, quem passa pela Av. 9 de Julho não relaciona aquela entrada com a Ocupação e vice-versa.



O muro, que demarca a nova frente, é um grande aparato que dialoga com a cidade (imagem 2). É um suporte para divulgação das inúmeras atividades culturais que acontecem na Ocupação e para manifestações de conotação política representadas através do grafite³¹. A arte vem então significar esse limite ocupação/rua, e revigorar o espaço e o momento da entrada. O coletivo é trazido para dentro, a partir da abertura e da interação com outros agentes da cidade, principalmente do âmbito cultural e do âmbito acadêmico. O MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) empreendeu esforços para a melhoria do prédio, acondicionando os espaços às necessidades dos moradores, ao cumprimento da normativa vigente e também para cursos de formação em ofícios, promovendo autonomia via economia criativa, empreendedorismo e geração de renda. Assim, Ocupação, aos poucos, foi se vinculando a iniciativas artísticas (teatro, fotografia, documentários/ audiovisual, etc.) e com atividades promovidas por universidades e ganhando visibilidade. Os diversos eventos rotineiros na Ocupação, principalmente o tradicional almoço de domingo da “Cozinha da Ocupação 9 de Julho”, atraem pessoas de várias partes da cidade.

Uma vez atravessada a porta e o muro, depara-se com um pátio aberto que dá acesso aos apartamentos e outros espaços livres comuns internos, onde tem-se uma visual ampla, uma espécie de mirante para aquele espaço, para o conjunto de atividades diversas e para a mistura de pessoas que ali se encontram (imagem 1), que se consolida como “um espaço com fala, um espaço expressivo de filosofias, de ideologias, de programas, de emoções” (FERRARA, 1993). A cidade entra, ultrapassando os limites, físicos e também simbólicos. A Ocupação se abre para a cidade, e a cidade entra. A cidade como vida pública entra. A cidade viva, diversa.

Além disso, existe uma interação forte dos moradores com o entorno. Estar no Centro e interagir com Centro é uma intenção primordial, não apenas da Ocupação 9 de Julho, como do MSTC como um todo. Tem-se como premissa ampliar e construir uma tessitura social a partir de frentes diversas, como por exemplo da educação, com as crianças frequentando escolas adjacentes; do lazer, ao utilizar cotidianamente os parques da região; dos comércios, ao comprarem nos mercados e lojas locais; do trabalho, já que é uma área com muitas ofertas e alta empregabilidade.

³¹ No muro da Ocupação 9 de Julho há uma pintura de uma mulher negra gritando “Quem não luta está morto”.



“Nós não defendemos só o Direito à Moradia. Nós defendemos o Direito à Cidade!”³²
Moradora da
Ocupação 9 de Julho

Dessa forma, é intrigante constatar que a Ocupação 9 de Julho amplia as dimensões do que é entendido como moradia *a priori* (que é a razão primordial daquele Movimento), justamente através da abertura da casa. É a construção de um mundo a ser compartilhado a partir do doméstico, a partir dessa dimensão de uma certa interioridade. O limite da moradia se dilui através da arte e de outros vínculos urbanos para a construção e a convivência de diferentes mundos/realidades.

Da cozinha e horta comunitária à galeria de arte, brechó e biblioteca montada a partir de doações, a vida coletiva, estruturada e consolidada no edifício, ativa o entorno, ativa o Centro. As formas de apropriação pública daquele espaço definem vínculos sociais de identidade, solidariedade e ação comunicativa (HABERMAS, 1987), e por isso, seus condicionantes e repercussões são singulares e se manifestam espacialmente nas formas materiais e simbólicas. Hoje, os moradores da Ocupação 9 de Julho são capazes de abrir um novo horizonte, uma nova perspectiva dessa existência comum, se aventurando por territórios que não estão dados, que não estão garantidos.

Fora que é Dentro

A imagem 3 representa o contexto de um bairro popular de Santa Fé, na Cidade do México. Apesar das inúmeras singularidades, em uma escala mais ampla, o bairro apresenta situações de vulnerabilidade socioespacial semelhantes a diversos outros bairros periféricos latino-americanos. No entanto, restringir-se a materialidade comprometida limita a interpretação daquela realidade urbana e a compreensão dos sentidos que ela carrega. A forte convivência entre os moradores gera conflitos, mas também gera sociabilidade e vitalidade urbana. As interações sociais, as “dinâmicas de vizinhança”, a cooperação se desenvolve, mesmo que por necessidade, e revelam atitudes criativas nas espacialidades do cotidiano. O espaço livre da rua comumente é apropriado por muitas famílias para a realização de atividades domésticas, dissolvendo os limites físicos entre o espaço privado e o espaço público.

A cena da imagem 3 mostra o espaço ocupado da calçada que contém importantes expressões da vida doméstica sobre a infraestrutura urbana sistêmica, funcionalmente projetada para os fluxos motorizados e não motorizados, estacionamento, drenagem e arborização urbana. A mulher varrendo a rua, o homem sentado com o telefone na mão junto ao cachorro, os móveis colocados do lado de fora, a lâmpada pendurada, a porta entreaberta são alguns dos elementos demonstrativos de que parte significativa da vida íntima acontece do lado de fora. Esse espaço construído e reconstruído pelas pessoas que nele inscrevem e gravam signos de mundos de valores aos quais eles se aderem (seja esta operação explícita ou não, consciente ou não) se socializa pela prática cotidiana (LÉVY, 2003).

O cuidado com o público, demonstrado nos vasos de plantas decorativos, contrasta com a grade da janela, um claro indício de insegurança que se opõe à aparente tranquilidade da cena. A prática da violência tem suas regras próprias nesse território, o que permite aos seus protagonistas saberem como e quando usar o espaço público, como e quando deixar a porta aberta ou fechada.

O que não se vê na imagem são as diferentes temporalidades que fazem com que os usos sejam transitórios. De dia, a porta se abre, e parte do cotidiano doméstico acontece do lado de fora da casa onde a calçada e parte do leito carroçável adjacente acomodam o conjunto de apropriações familiares, numa dimensão comunitária de bairro. À noite há o usual toque de recolher do tráfego e o espaço é então ocupado pelo medo. Retiram-se os fios da tomada para que se possa fechar a porta, reaberta na manhã do próximo dia.

No limite do comum

As formas de morar discutidas são predominantes no contexto latino-americano: trata-se de situações que constroem simultaneamente o cotidiano e uma dimensão pública popular. São lugares onde os hábitos, as negociações, as disputas e os conflitos mudam rapidamente. Muitas vezes as estruturas físicas desses espaços podem mostrar realidades que parecem ser permanentes, mas através do prisma da apropriação pública, percebe-se que as fronteiras são difusas e os limites estão em constante transformação.

A cena da periferia mexicana (imagem 3) é a expressão do íntimo, do doméstico, do privado. Entretanto essa expressão é manifestada na apropriação, ainda que temporária, que tem no espaço público da rua a extensão da própria casa. A familiaridade que aquelas pessoas demonstram ter com o espaço da rua não necessita nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, o que se pode ou não fazer (MAGNANI, 2002). Uma cena cotidiana que se mistura com o cotidiano da própria cidade, de um lugar por onde ninguém vai passar, além dos moradores do bairro.

O cotidiano da Ocupação 9 de Julho passa por outros aspectos, talvez mais densos. A intensa rede de atividades transformou o lugar num ponto cultural da cidade, um lugar de destino. A Ocupação internaliza essa fruição pública dentro dos seus limites espaciais, e introjeta isso em um espaço de habitação, ainda que comunitária. O modo de vivenciar e organizar aquele espaço envolve construções coletivas com diferentes setores da sociedade que se articulam para ações transformadoras. Trata-se de pensar no que é comum como uma ação coletiva de produção, apropriação e reapropriação do que se tem, e do que é feito; do que existe, e do que é criado.

³² A moradora remete-se a: LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2004.

Os dois modos de vida sucintamente discutidos, de certa maneira, rompem com o modelo hegemônico individualista, que exalta o “estar fechado em si mesmo” como distinção social. Esse rompimento é representado principalmente pelas apropriações, que transcendem o sentido dos limites público/ privado, dentro/ fora - tanto físicos quanto simbólicos. São espaços em transformação e de transformação, lugares de apropriação no seu sentido mais pleno, na construção de uma outra cidadania.

Referências

FERRARA, L. D. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Atica, 1993.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason*. Boston, Beacon Press. 1987.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. *Espace*. In: *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Berlin, 2003.

MAGNANI, J. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, 2002.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Cupinzeiro que se alastra: o político a partir do doméstico

Fernando de Mello Franco

O direito à moradia é a principal bandeira da luta travada pelos movimentos sociais. Com o tempo, o seu conceito se transforma e os seus significados se expandem. Nas recentes ocupações em São Paulo, ela adquire outros atributos. Para além do resultado da luta, a conquista de um espaço para morar o transforma, em si, no próprio campo onde se praticam outras lutas. Em processo contínuo, a pauta se amplifica. O movimento se alastra.

A Ocupação 9 de Julho se apresenta enquanto um objeto empírico oportuno para essa reflexão. Para realizá-la, partimos da metáfora do cupinzeiro, tal como enunciada por Bruno Latour.

O cupim está confinado: trata-se, sem dúvida, de um modelo de confinamento, não há como negar, ele nunca sai! Exceto pelo fato de que é ele que constrói o cupinzeiro, mascando torrão por torrão. Dessa maneira, *ele* pode ir a *qualquer lugar*, mas sob a condição de estender o seu cupinzeiro um pouco mais longe. O cupim se envelopa em seu cupinzeiro, enrola-se nele, que é, ao mesmo tempo, seu meio exterior e sua maneira própria de ter um exterior; ele é seu corpo prolongado, por assim dizer (LATOURE, 2022, p.14).

A ideia da luta pela moradia como *cupinzeiro que se alastra* aponta para uma estratégia em fluxo contínuo, em constante progressão: lutar, ocupar, abrigar, resistir, prover, cuidar, convidar, acolher, enredar, fortalecer, alastrar, habitar.

No caso em questão, a estratégia traçada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) se alavanca pela dimensão política dos afetos, pela abertura da ocupação a uma alteridade que é impactada e passa a fortalecê-la. Um procedimento [talvez metódico, previsível, ou fortuito, contingencial, imprevisível] de constituição de uma interioridade cuja existência é o acolhimento daquilo que não faz parte dela, o acolhimento daquilo que chega, entra, invade, se coloca com, junto de, um ser-com-os-outros, sem se deixar assimilar completamente (GUATELLI, 2020).

Essa política dos afetos estrutura-se através de diversas manifestações relacionadas à economia doméstica e feminista. Elas se desenvolvem a partir das latências encontradas em lugares deliberadamente postos em condição de resíduo pela sociedade. Articuladas entre si, essas manifestações promovem uma tessitura de redes socioeconômicas. Inicialmente, constroem as condições de aterramento e, posteriormente, prolongam as ações em forma de alastre penetrante e rizomático.

Todo resíduo é insumo para uma luta

A Constituição Brasileira de 1988 garante o direito de propriedade e estabelece o princípio de que a mesma deverá cumprir a sua função social. Estima-se que existam algumas centenas de milhares de imóveis que não estão cumprindo-a no município de São Paulo³³. Tal magnitude motivou o poder municipal a criar uma diretoria dedicada ao controle da função social da propriedade³⁴. Entre outubro de 2014 e dezembro de

33 O Censo 2022 contabiliza a existência de 519 mil imóveis desocupados em São Paulo. Este número deve ser acrescido pelos imóveis classificados como subutilizados, ou utilizados por usos que não cumprem a função social da propriedade. Fonte: IBGE, 2023.

34 A Gestão Haddad (2013-2016) criou em 2014 o Departamento de Controle da Função Social da



2016 foram notificados 1.260 imóveis, totalizando 2,5 milhões de m², entre imóveis subutilizados, não edificadas e não utilizados³⁵.

Se por um lado o marco regulatório da política urbana oferece instrumentos de controle da função social da propriedade, de outro a gestão da política urbana pode torná-los inertes. E isso é exatamente o que vem ocorrendo em São Paulo desde 2016. Também os instrumentos podem ser transformados em resíduos.

Os movimentos de moradia tem plena consciência desse processo. O que os leva a prospectar imóveis que não cumprem a sua função social como estratégia de acesso à moradia. Esta condição do imóvel é o que diferencia o ato de invadir do ato de ocupar. O atual estágio de emergência climática exige expandir o conceito de função social. Isso implica também reconhecer o impacto ambiental decorrente do volume de recursos naturais extraídos, da energia e do trabalho gastos na produção de imóveis relegados à condição de resíduos urbanos. Logo, a reutilização dos imóveis subutilizados é também uma atitude ética em relação à agenda climática. A função da propriedade a ser cumprida deve ser a socioambiental.

Enredamento

A Ocupação enquanto estratégia de luta por moradia não pode ser dissociada da Ocupação enquanto estratégia de provisão da “economia doméstica”. Esse termo composto pode soar um pleonismo quando contemplado ao conceito original de economia, cunhado pelo filósofo Xenofonte na Grécia Antiga. Combinando *oikos*, que significa “casa de família”, “agregado familiar”, com *nomos*, que significa regras ou normas, ele inventou a arte de gerir um lar, e isso não poderia ser mais relevante nos dias de hoje (RAYWORTH, 2019, p.12). A Ocupação resgata o significado original da palavra e transforma a economia doméstica em manifestação de uma política

feminista. “Lute como quem cuida”, diz o Movimento. Privilegie a economia da provisão dos cuidados com o outro³⁶.

Diversas atividades lá estabelecidas desempenham um papel seminal na construção dos vínculos internos e externos entre a comunidade e a cidade. Uma vez franqueadas à população em geral, permitem constituir redes de afeto que auxiliam na sustentação da vida material dos ocupantes. Constroem estratégias eficientes de resistência com os intrusos, os de fora que já estão dentro (GUATELLI, 2020). Os intrusos são aqueles convidados a participar, agregar, contribuir, comunicar, disseminar, multiplicar, após terem sido afetados pelo contato com a Ocupação. Fortalecem a sua estratégia de resistência e operam como alavancas de expansão do Movimento para outros espaços. Uma das forças motrizes é a Cozinha Ocupação 9 de Julho. Foi montada em 2017 no terceiro andar do prédio original, junto com a marcenaria, a sala multiuso, o refeitório, o brechó, a sala de comunicação e o escritório. Essa cozinha coletiva cumpre diversos objetivos: prover infraestrutura de apoio para suprir a demanda própria por alimentação, e gerar renda vendendo produtos e serviços a terceiros, refeições no local e marmitas para entrega.

Sua localização junto à passarela permite acesso direto do edifício ao terreno. Ampara o uso dos espaços externos em recintos de acolhimento coletivo e confraternização dos *intrusos*. Shows, oficinas e atividades de capacitação vem sendo agregadas aos almoços. O intuito principal é promover a visibilidade pública do MSTC. Todas essas atividades funcionam como uma proteção contra o despejo e a criminalização dos movimentos de moradia através do apoio de uma parcela mais ampla da sociedade³⁷.

A Horta da Ocupação 9 de Julho é um outro programa multifinalitário que vem sendo incrementalmente implementado. Trata-se de uma horta orgânica de gestão comunitária que faz parte de um programa de sustentabilidade que também provê as

Propriedade – DCFSP/SMDU responsável pela gestão dos instrumentos específicos.

35 Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Relatorio_CMPU_DCFSP.pdf. Acesso em 15/11/2022.

36 A respeito da economia feminista, ver RAYWORTH, 2019, p.90.

37 Fonte: <https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/pagina/sobre-a-cozinha-da-ocupacao-9-de-julho-mstc.html>. Acesso em 15/11/2022.

demais ocupações lideradas pelo MSTC. Vislumbrando maior abrangência no futuro, objetiva unir dois grandes movimentos – o movimento urbano e o movimento pelo direito à terra – gerando, nas ocupações, demanda de produtos frescos e orgânicos, que poderão ser supridos pela agricultura familiar organizada³⁸.

No contexto da Ocupação 9 de Julho, a Horta resulta da decisão em equilibrar os usos do solo entre a provisão habitacional e a provisão de serviços ambientais. Além da produção de alimentos, investimentos vêm sendo realizados na construção de sistemas de reservação de água de chuva para irrigação e no recolhimento de resíduos orgânicos da Ocupação para produção de compostagem que fertilize a própria horta. A construção de vínculos não se limita aos movimentos sociais. A Horta também se articula com as políticas públicas do município através do Sampa+Rural³⁹. Este programa reúne iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável com o objetivo de dar visibilidade aos produtores agrícolas, fortalecer as redes e valorizar a produção local. Foca na capacitação dos produtores através de assistência técnica, no fortalecimento da cadeia de valor da agricultura familiar e dos vínculos entre os territórios urbano, periurbano e rural necessários para o equilíbrio dos serviços ecossistêmicos e ambientais necessários à vida na cidade.

Alastramento

Alastra é uma empresa de confecção de vestuário que nasceu de um projeto concebido por Julia Linda e Hayge Mercurio em 2018, com o propósito de “Alastrar as idéias a partir de roupas descartadas, tanto no lixo, quanto em bazares beneficentes e brechós (...) resignificando as peças por técnicas variadas”⁴⁰. A produção é organizada a partir de coleções que focam personagens políticas. As peças estampam imagens de “mulheres irreverentes, ousadas e corajosas que ensinam e inspiram”⁴¹, ainda que não limitadas em personagens femininas. A marca Alastra é, em si, um pixo, um código identitário e de contestação, transgressivamente inscrito no espaço urbano que lhe dá suporte. Nas palavras de Linda, a pixação é praticada “como grito dos oprimidos e silenciados, os excluídos e marginalizados dando a peça e ao corpo que a veste, um lugar de pertencimento no caos da cidade, um grito escrito que fala com todos com os quais cruzam ou perpassam seu caminho”⁴².

A confecção instala-se no oitavo andar da Ocupação, que possui varanda própria, fruto do escalonamento da volumetria do edifício. Os dois apartamentos com essa condição são preteridos pelos moradores devido aos altos custos de manutenção da impermeabilização do piso. Diante de um novo resíduo que resulta das dificuldades financeiras da Ocupação, surgiu a estratégia de convidar a Alastra a se instalar no espaço. A parceria firmada gerou o desenvolvimento de uma coleção exclusiva com a temática da Ocupação e suas principais lideranças, Carmem Silva e Preta Ferreira. Ainda que a principal estratégia de comercialização dos produtos seja pela internet, a oficina de confecção é aberta ao público. Os insumos para a fabricação, os produtos resultantes e os compradores presenciais, só a acessam após um longo percurso. É necessário passar pelo portão controlado junto à rua, percorrer sessenta metros até a porta da edificação e, finalmente, subir os cinco andares de escada que atravessam as áreas privativas das moradias de um prédio onde os elevadores estão desativados há anos. Adentra-se o apartamento onde se instala a oficina/confecção e, após atravessá-

38 Fonte: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/horta-da-ocupacao-9-de-julho-mstc> Acesso em 15/11/2022.

39 A respeito ver <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 15/11/2022.

40 Fonte: <https://www.julialinda.com/alastra>. Acesso em 15/11/2022.

41 Idem.

42 Idem.

lo, encontra-se com a varanda, um aparente beco sem saída. Após um giro de 360o, reencontra-se a porta atravessada, transformada em seu avesso, em vitrine de peças recém confeccionadas.

Neste espaço, ambivalentemente interno e externo, são produzidas as imagens que se alastram pela internet. Elas convocam corpos a ocupá-las e a percorrerem as ruas. Uma vez em movimento, brandem suas vozes gráficas gerando perturbações no espaço urbano em conflito pelo qual transitam. Assim, as roupas da marca se constituem em espaço político⁴³ tanto quanto em armadura para a luta⁴⁴.

Luta comigo

Os movimentos sociais atualizam permanentemente os sentidos das suas pautas. A agenda climática está agora incorporada à agenda do direito à cidade. O MTSC a traz ao campo tangível a partir da esfera da vida cotidiana. Nessa direção, os agenciamentos programáticos que interrelacionam o espaço da moradia, da economia e da prestação de serviços ambientais, a partir do espaço doméstico, vêm sendo reconfigurados.

Na Ocupação 9 de Julho ressurgem os atributos do quintal, espaço de suporte à multiplicidade de formas de uso, de provisão de serviços de manutenção da vida doméstica e de reunião com aqueles que não pertencem ao agregado familiar. Nessa Ocupação, o quintal⁴⁵ acolhe distintas expressões da economia feminista, operadas como estratégia de uma política de afetos potente na tecitura das redes de atração, mobilização e divulgação da luta. Coletivamente, distintas atividades franqueadas ao público constroem um escudo simbólico de salvaguarda ao movimento e, conseqüentemente, de resistência.

A Ocupação 9 de Julho não é um evento isolado e esporádico. São várias as ocupações do no centro organizadas pelo MTSC que, por sua vez, se associa em rede com diversos outros movimentos que atuam em São Paulo e no Brasil. A busca por solo urbano, insumo fundamental, não é aleatória. Foca em espaços que não cumprem a função social da propriedade, reconhecidos e regulamentados pelo sistema de planejamento nacional. Seu envelopamento em ocupação-cupinzeiro é apenas uma ação para impulsionar o seu alastramento em direção ao conjunto sistêmico de espaços tornados residuais por uma lógica de produção da cidade que não convém.

No momento em que a ausência de um mundo comum a compartilhar está nos enlouquecendo (LATOURET, 2020, p.10), a Ocupação 9 de Julho se apresenta como alento. Sua potência reside em enredar ocupantes e intrusos no enfrentamento de uma luta em conjunto.

43 Fonte: <https://www.centralperiferica.org/post/a-moda-para-mim-%C3%A9-o-grito-marca-alastra-insere-nas-pe%C3%A7as-de-roupa-um-significado-pol%C3%ADtico-e-socia>. Acesso em 15/11/2022.

44 Instagram Alastra. Disponível em <<https://www.instagram.com/reel/CfrTBIfaTR>>. Acesso em 15/11/2022..

45 A palavra quintal deriva do diminutivo de quinta, propriedade com moradia. A tradução recorrente para o francês é cour, cuja origem epistemológica provém do latim cohors (co+hortus).

Referências

CAFFÉ, Carla. *Estúdio 9 de Julho + MSTC e O grupo inteiro* (Org.). MSTC: Moradia como prática de cidadania. Disponível em <https://escoladacidade.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/MSTC-Moradia-Como-Pratica-de-Cidadania-2019.pdf>. Acesso em 15/11/2022.

GUATELLI, I. Morar na abertura de interioridades. *VIRUS*, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=5&item=111&lang=pt>. Acesso em: 15/11/2022.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?: Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. *Onde estou?: Lições do confinamento para uso dos terrestres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RAYWORTH, Kate. *Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2019.

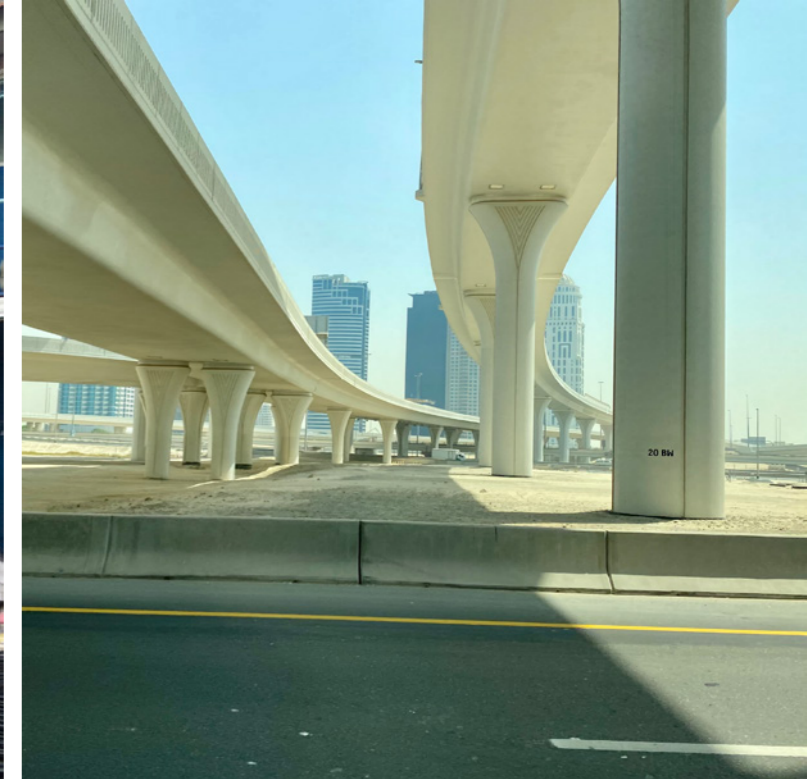
SÃO PAULO [Cidade]. *A função social da propriedade*. Utilização Compulsórios em São Paulo. São Paulo: SMUL, 2019. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/20150901-peuc-baixa_1441305327.pdf. Acesso em 15/11/2022.

Sítios eletrônicos

Instagram Cozinha da Ocupação 9 de Julho. <https://www.instagram.com/cozinhaocupacao9dejulho/>. Acesso em 15/11/2022

Instagram Horta da Ocupação 9 de Julho. <https://www.instagram.com/hortaocupa9dejulho/>. Acesso em 15/11/2022

Instagram Alastra. <https://www.instagram.com/aalastraa/> Acesso em 15/11/2022.



Ocupações informais e o novo espaço público

Guilherme Wisnik

Na cidade de Lagos (imagem 1), Nigéria, pessoas utilizam a calçada como lugar de trabalho, enrolando conjuntos de fiações em pilhas de bobinas. Diante da falta de espaço dentro dos cômodos, numa cidade muito adensada – nos edifícios, em segundo plano, vemos roupas penduradas nas sacadas –, e com imóveis precários e exíguos, o espaço público se torna uma extensão da vida privada. Extensão expansiva, que vai pouco a pouco ocupando os espaços, invadindo as ruas, e dificultando a passagem de automóveis. A dominância da informalidade, aqui, se manifesta na ocupação de áreas ao ar livre, processo claramente visível para quem circula pela cidade.

Já em Dubai, no deserto dos Emirados Árabes Unidos (imagem 2), a cidade é um tecido rarefeito que se espalha linearmente ao longo da costa do Golfo Pérsico, deixando muitas áreas vazias pelo caminho, como neutras superfícies de areia sem nenhum sinal de presença humana, e com grandes viadutos e torres envidraçadas ao fundo. Construída para a circulação motorizada, em um clima tórrido e pouco convidativo ao pedestre, a cidade interioriza as atividades diárias no interior dos edifícios, devidamente climatizados, como símbolos de um luxo baseado na economia (insustentável) do petróleo. Sob o regime da pujança econômica, da desertificação urbana, e do controle governamental por mãos de ferro, a informalidade quase não existe. Se a foto que vemos de Lagos exprime uma condição urbana voltada ainda para o mundo do trabalho, em Dubai a imagem da cidade espelha a abstração do capital financeiro.

Antagônicas em muitos sentidos, Lagos e Dubai são cidades-símbolo do capitalismo contemporâneo. Globalmente falando, se Dubai pode ser considerada como um arquipélago de enclaves modernizados – aquilo que Sharon Zukin denominou de “paisagens de poder”⁴⁶ –, Lagos, por sua vez, tomando a expressão de Mike Davis, representa o “planeta favela” que rodeia esses enclaves: ocupações transitórias e clandestinas. Para muitos, o caos da megalópole nigeriana representa a barbárie total,

46 Ver Sharon Zukin, *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.



o estágio final da pobreza terceiro-mundista, a metástase do processo de crescimento urbano contemporâneo. Juízo preconceituoso que o arquiteto holandês Rem Koolhaas critica, afirmando, ao contrário, que o andamento econômico e urbano do capitalismo atual faz com que o mundo tenda a se parecer cada vez mais com Lagos, e não o inverso. E, portanto, se as cidades norte-americanas e europeias tendem a Lagos, é preciso aprender com a cidade africana, entender quais são as táticas de sobrevivência e criação de dinâmicas vitais de sua população em meio a desafios tão grandes⁴⁷.

À propósito, como lembra Nelson Brissac Peixoto, a lógica destrutiva da globalização oferece também, paradoxalmente, possibilidades insuspeitadas de integração às cidades que ficaram à margem dos grandes investimentos, como no caso exemplar de Lagos, em que os baixos de um grande viaduto colapsado foram ocupados por uma enorme feira informal (e pirata) de produtos eletrônicos, que passou a dominar o mercado da África Ocidental e do Oriente Médio, sendo responsável por parte expressiva do movimento econômico da cidade e do próprio país⁴⁸. Isto é, certas deficiências congênitas de formação urbana são capazes, às vezes, de gerar sistemas alternativos engenhosos, já que, nas palavras de Brissac, “a globalização provê uma vasta gama de novas oportunidades para operar fora dos sistemas regulatórios”⁴⁹.

Como fica claro, em tal contexto explosivo e de intensa mudança de paradigmas, a vitalidade das cidades contemporâneas não se expressa exatamente em sua forma física nem em sua porção formal, e sim no transitório campo de forças que as atravessam, e que aparece sobretudo em suas áreas intersticiais, marginais, secretadas pelo processo de modernização e planejamento. Exemplo disso é a apropriação de obras de infraestrutura viária por populações de sem-teto ou camelôs, em muitas metrópoles do mundo, que parecem indicar novas compreensões do que venha a ser o espaço público hoje. “Vastos espaços residuais que”, ainda segundo Brissac, são “ativados

47 Rem Koolhaas, no filme *Lagos wide and close: an interactive journey into an exploding city* (2005), vídeo-documentário feito pela artista holandesa Bregtje van der Haak.

48 Ver Rem Koolhaas et al., “Lagos”, in *Mutations*, Bordeaux: Actar/Arc en rêve, 2000, pp. 650-719.

49 Nelson Brissac Peixoto, “Informe: urbanismo e arte nas megacidades”, in *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 2003, p. 433.

por inovação programática”⁵⁰. Trata-se, assim, de aprendermos com essa importante dimensão informal das cidades – espaços amorfos ocupados mais por acontecimentos do que por formas.

Tal reflexão nos traz à terceira imagem. Em El Alto, na Bolívia, em meio ao altiplano que circunda o vale de La Paz, vemos uma área suburbana de ocupação muito densa, misturando veículos de todo tipo a improvisadas barracas de comércio informal, com edifícios baixos de tijolo e sem revestimento ao fundo. Trata-se de um dos nós viários de entrada e saída da cidade, de onde partem (e por onde chegam) vans e micro-ônibus que fazem o transporte de pessoas, que ali desembarcam para novas conexões motorizadas ou a pé. Lugar estratégico, portanto, para a montagem de um hub comercial, ainda que efêmero e não formalizado. Um precário mercado de rua.

Grandes aglomerações como essa fazem parte da experiência cotidiana de se circular por El Alto, entre gritos que anunciam tanto os preços de produtos à venda quanto os destinos das “lotações” que estão partindo. Uma sufocante experiência de proximidade promíscua, criada pela hipertrofia da informalidade, e que se mistura aos costumes festivos das populações indígenas locais, de etnias aimará e quéchua.

Do ponto de vista do imaginário visual, a paisagem urbana de El Alto lembra algo do oeste norte-americano: rarefeita, desolada, carente de espaços públicos. Com a diferença importante de que é mais pobre e, a todo momento, revela a proximidade do universo rural, nas comidas, nas roupas das pessoas, na presença de animais.

Hoje, como mostra a excelente exposição *Post-it city*, em muitas das grandes cidades do chamado “Sul Global” as ocupações temporárias do espaço público podem ser vistas como estratégias de resposta tanto à disciplina positivista da cidade planejada, quanto aos apelos consumistas e publicitários que dominaram os espaços públicos tradicionais, quase sempre excludentes. Ações ora de sobrevivência, ora de explícita divergência, com forte potencial de denúncia política. As ocupações das ruas e calçadas de El Alto, nesse sentido, podem ser vistas como uma coleção de práticas desobedientes. Pois, como observa Martí Peran, conceituando a *post-it city*, “se o espaço público tradicional invocava uma espécie de pacto entre o interesse privado e o bem comum, a esfera pública contemporânea está infectada por tal multiplicidade de exclusões que a desobediência já não pode ser considerada alheia ao juízo do justo”⁵¹. Com pouco apoio do Estado, os moradores de El Alto mantiveram, em contexto urbano, sua organização comunal indígena, com “juntas de vizinhança”, e uma forma de fazer política distante das relações tradicionais entre os domínios público e privado. Trata-se de um verdadeiro ensaio contemporâneo daquilo que alguns autores chamam de “esfera do comum” (*commons*), tal como apontado por David Harvey⁵², baseando-se nas pioneiras pesquisas de campo feitas por Sian Lazar em El Alto⁵³. Vanguarda das novas insurgências políticas do século XXI, nos tempos explosivos de movimentos de ocupies e primaveras urbanas.

El Alto é uma cidade nova, que nasceu como um subúrbio da capital, na área plana e alta onde foi instalado o seu aeroporto, em 1965. Precário desde a origem, o assentamento urbano cresceu de forma desordenada e totalmente autoconstruída pelas pessoas pobres que foram lá se instalando e vivendo do comércio informal que liga o altiplano (e, com ele, o Chile, o Oceano Pacífico e o Oriente) às áreas mais

50 Idem, p. 420.

51 Martí Peran. *Post-it city: cidades ocasionais*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008, p.45.

52 David Harvey, *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2013.

53 Sian Lazar, *El Alto: ciudad rebelde*. La Paz: Plural Editores, 2013.

baixas e ricas da Bolívia, que chegam a Santa Cruz de la Sierra e ao Mato Grosso, no Brasil. Muitos desses habitantes da cidade são ex-camponeses indígenas e ex-mineiros que perderam o trabalho com a onda de privatizações e o fechamento das minas (de prata, estanho e carvão) nos anos 1980. E, por isso, trouxeram com eles uma forte consciência política para a cidade, baseada numa profunda tradição sindical. Assim, com uma mistura explosiva entre forte organização camponesa, tradição sindical mineira, identidade indígena e grande entrada de capital internacional, El Alto se tornou um importante centro de resistência às políticas urbanas neoliberais, liderando as revoltas da chamada “guerra do gás” em 2003, que levaram à queda do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, e à ascensão de Evo Morales, eleito dois anos depois. Por sua posição geográfica estratégica, a cidade controla todos os pontos de entrada e saída de La Paz, podendo facilmente sitiar a capital, como fez algumas vezes.

Dessa forma, enquanto a capital boliviana está encravada entre escarpas num vale quase fechado, El Alto se expande infinitamente no altiplano. Com praticamente um milhão de habitantes, a cidade (que se tornou município apenas em 1985) já ultrapassa a população de La Paz, numa taxa de crescimento que tende a aumentar cada vez mais. Não há barreiras à vista. Sem um centro geométrico definido, nem uma arquitetura pública e histórica que o caracterize, El Alto é, na verdade, desde o início, um imenso subúrbio a se espalhar. Escrevendo sobre Moscou em 1927, Walter Benjamin nota que a combinação entre os amplos espaços e a presença ainda marcante, na cidade, da cultura camponesa, fazia dela uma urbe completamente diferente das que existiam já àquela altura no Ocidente. E anota: “Em parte alguma Moscou se parece consigo própria, mas com sua periferia”⁵⁴. Hoje, passado quase um século, não encontro melhor definição para descrever El Alto.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única – Obras escolhidas* vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BRISSAC, Nelson. “Informe: urbanismo e arte nas megacidades”, in *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 2003.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2013.
- KOOLHAAS, Rem et al. “Lagos”, in *Mutations*. Bordeaux: Actar/Arc en rêve, 2000.
- KOOLHAAS, Rem et al. *Al Manakh: Dubai guide*. Roterdã: AMO/OMA + Archis + C-Lab + Moutamarat, 2007.
- LAZAR, Sian. *El Alto: ciudad rebelde*. La Paz: Plural Editores, 2013.
- McGUIRK, Justin. *Radical cities: across Latin America in search of a new architecture*. Londres: Verso, 2014.

PACKER, George. “A megacidade”, in *Revista Piauí* n. 5. Rio de Janeiro: fevereiro de 2007.

PERAN, Martí. *Post-it city: cidades ocasionais*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008.

WISNIK, Guilherme. *Bolívia*, 2016. Porto: Circo de ideias, 2018.

WISNIK, Guilherme. “Lagos é aqui?”, in *Estado crítico: à deriva nas cidades*. São Paulo: Publifolha, 2009.

ZUKIN, Sharon. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

⁵⁴ Walter Benjamin, *Rua de mão única – Obras escolhidas* vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.182.

Mora (ainda) na filosofia : Ouvidor 63, ocupar e imaginar a terra⁵⁵

Luciano Pessoa

Introdução

Uma casca mínima, uma proteção circunstancial ao frio, ao vento, à chuva, ao calor do sol. Morar e se demorar dentro dessa casca pode representar uma proteção a esse ente físico chamado corpo, mas é sobretudo uma proteção à pessoa integral, viva, que nasce, respira, come, dorme, que sente e que fala, que anda, imagina, pergunta, e que um dia se mistura novamente à matéria muda do mundo, em meio aos mesmos mistérios que a trouxeram à existência. Tal proteção, então, não protegeria apenas o corpo físico, mas seria também uma proteção simbólica, porque somos seres de corpo e alma, de terra e de céu, de clareza e escuridão, de ciência e de sonho.

Pode parecer estranho falar em proteção simbólica diante de edifícios ocupados por populações necessitadas, muitas vezes em condições precárias, sem ventilação ou iluminação adequadas para moradia, sem água encanada, eletricidade ou sem o aval dos proprietários. Mas o habitar humano dificilmente se limita à dimensão física. O termo habitar remete ao hábito, e, portanto, a uma dimensão temporal, o que de saída já nos informa sobre os sentidos de ciclo e de transformação, de totalidade e de história, ou seja, nos informa sobre certo entendimento do habitar em relação necessária com um mundo, do habitar como habitar um mundo, como imersão, pertencimento, como complexidade, e também como concepção desse mundo.

E se estamos imersos nesse mundo, como parte dele, e se somos seres de imaginação, de concepção e de pergunta, podemos nos perguntar: que mundo é esse? Que mundo me engendra enquanto engendo o mundo? Que mundo se imagina em mim, em cada um, no contido e no aberto do mundo?

O habitar, a cidade e o mundo refletem tanto um sentido de proteção, como o sentido de abertura e das trocas que observamos entre nosso corpo e o mundo. Absorvemos do mundo elementos como ar, luz, calor, alimento, água, e devolvemos ao mundo elementos reelaborados em nossos processos vivos, em troca com os processos do mundo e da vida mais ampla, que nos produz e nos absorve. Mesmo em organismos de uma única célula podemos observar membranas que são tanto um limite entre interior e exterior, como também o resultado e a expressão das relações e da interdependência entre esse organismo e o ambiente que ele integra.

O habitar humano pressupõe, então, não apenas trocas físicas com o mundo, mas também trocas menos palpáveis, que transitam pelo mundo da mente, das emoções, da memória, da imaginação, em conexão necessária com o corpo, um mundo que pode estar aquém ou além da nossa consciência ordinária, um mundo de tonalidades, de nuances, de territórios nunca completamente explorados, e que eventualmente se mostram muito maiores e mais intensos do que se poderia supor. Particularmente, esse é um mundo em permanente migração, em constante movimento, expansão, aprofundamento, e que não conhece estabilidade.

⁵⁵ Referência ao samba Mora na filosofia, de Monsueto e Arnaldo Passos (1955) e ao trabalho “Mora na filosofia: Sobre (des)ocupações, desabit(u)ações e peles conceituais”, que apresentamos no seminário Limites Limiares Transbordamentos <<https://bit.ly/3E5wCBm>>, PPGAU FAU Mackenzie, 2021.



Um mundo de imagens, não apenas visuais, mas imagens enquanto concentrações de forma ou sentido, potencialidades ou totalidades que assim nos aparecem e que tomam nossa consciência, entendidas como realidades. Essa morada imaginal que nunca abandonamos, esse é o mundo psíquico, manifestado e vivido pelas pessoas vivas, em que corpo e mente são expressões de uma mesma unidade.

Ocupar imagem movimento

Partindo então de algumas imagens-fábrica, imagens-continente, imagens grávidas, aqui escolhidas entre as tantas imagens disponibilizadas na internet pela ocupação da rua do Ouvidor 63 ou em relação com essa ocupação, traçaremos algumas linhas de observação e de potência que, também em diálogo com o processo de discussão desenvolvido pelo grupo, eventualmente propiciarão novos cruzamentos, novos tecidos de sentidos, novas imagens, permeáveis, habitáveis.

A primeira imagem é uma fotografia noturna do edifício número 63 da rua do Ouvidor, no centro de São Paulo, publicada em julho de 2022 nas páginas das redes sociais do Centro Cultural Ouvidor 63⁵⁶. A foto, atribuída a Rose Steinmetz⁵⁷, uma das artistas da ocupação, mostra a fachada do edifício com suas janelas iluminadas por dentro, um pouco dos ambientes, uma multiplicidade de cores e formas, e um pouco das paredes externas, numa espécie de colagem viva, nitidamente diferente da impessoalidade e da monotonia dos condomínios regulares. Junto da foto, no Facebook, algumas palavras que já combinam arte, política, religião, economia: “Cada um de nós, aqui e agora – somos a resistência. A nossa arte tem função social. A nossa autogestão é horizontal. A nossa luz não pode ser apagada”.

⁵⁶ <https://www.instagram.com/ouvidor63/>

⁵⁷ <https://bit.ly/3xzZCPf>



No âmbito arquitetônico, a construção remete a um discurso marcadamente moderno, de concreto armado e de vidro —o mesmo que sugeriria a Walter Benjamin um curioso habitar desprovido de rastros—, da mesma modernidade que propiciou o inchaço das cidades e o progressivo abandono do campo e da terra, a mesma terra que em outros tempos e espaços facilitaria o acesso à habitação e ao sustento. Ainda como discurso arquitetônico, as vidraças coloridas poderiam evocar uma vaga inspiração gótica (como na Sé, a poucas quadras da ocupação), mas a luz elétrica, aqui, catedral invertida, é acesa por muitos, de dentro para fora do edifício, e remete menos ao espetáculo medieval que à experiência diária de sobreviver em comunidade. Cores talvez de uma sempre nova Fênix, símbolo egípcio de resiliência e renascimento, ou de um estranho Mondrian, profanado pela selvageria dos deuses extramuros, Dioniso e Ártemis, sinalizando os limites da normalidade excessiva e do descuido com o que é de fato sagrado. Cores, como nos Penetráveis de Oiticica, infiltradas por aparições de uma suposta marginalidade que parece tão própria da cidade quanto os altos muros de palacetes e prisões.

Habitada por artistas desde maio de 2014, a ocupação da Ouvidor mantém uma parceria com a Red Bull Station, espaço da marca Red Bull⁵⁸, numa colaboração que se evidencia em ações como na II Bienal de Artes do Ouvidor, realizada em 2018. Do lado oposto do Corredor Norte-Sul, a Red Bull Station resta quase diretamente conectada ao edifício da Ouvidor pela Passarela do Piques⁵⁹. Em contexto bastante diverso daquele da ocupação —em que vemos frequentemente imagens de ações da comunidade, pessoas reunidas, cursos, circo, teatro etc—, e acompanhando o conhecido slogan da bebida energética (“Red Bull te dá asas”), as páginas ligadas à marca Red Bull propagam imagens de pessoas voando ou descoladas do chão, em cenas de esportes radicais, sugerindo energia com imagens de movimento, liberdade, a excitação do momento, adrenalina, vitória ou de um “sair de si”, um “ir além”, de caráter individual. Nossa segunda imagem, então, traz apenas um exemplo disso, em cenas de um vídeo do atleta de parkour Jason Paul⁶⁰ saltando sobre o topo de edifícios

58 <https://www.redbull.com/br-pt/>

59 Nome que remete ao Largo do Piques ou Largo da Memória, a 200m da ocupação, que no séc. XIX marcaria um limite da cidade, local também conhecido por ter abrigado um mercado de escravos.

60 <https://www.instagram.com/p/ChZ2AAmAhsm/>

em Mumbai (Índia), justapostas a uma imagem do artista francês Yves Klein em sua performance “Le Saut dans le vide” (1960)⁶¹, registrada em montagem fotográfica, em que parece se lançar ao vazio sem nenhuma proteção.

Enquanto os artistas da Ouvidor 63 valorizam o sentido de comunidade na conquista de um endereço, um teto, uma terra firme, ainda que instável a longo prazo, os protagonistas da ascensão e da decolagem Red Bull parecem não ter problemas com moradia. Ao contrário, sugerem uma aparente necessidade de sair da terra, de desafiar a gravidade, mesmo que por um instante, em troca de uma medalha, talvez uma boa foto ou algo do gênero. O salto “no vazio” ou “para o vazio” de Yves Klein, de que também nos aproximamos pelo registro fotográfico, teria como pano de fundo o interesse do artista pela espiritualidade de “teorias cosmogônicas e filosóficas do movimento rosa-cruz”, por um vazio que, segundo filosofias orientais, “é sagrado, faz nascer todas as coisas, é origem e fim” (ARGAN, 1992, p. 669).

Versões modernas de Ícaro, as imagens de Jason Paul e de Yves Klein, ainda que em chaves diferentes, podem evocar um sentido de transcendência, mas também de desmedida (gr. *hybris*), do limite não respeitado. Escapando de um labirinto com as asas de cera fabricadas pelo pai, o jovem Ícaro não dá ouvidos à advertência de não voar muito próximo do Sol, pois este derreteria a cera, derrubando-o no mar. Conforme Brandão, Ícaro “traduz a temeridade, a volúpia das alturas, em síntese, a personificação da megalomania” (2000, p. 590). Mas se Paul salta sobre um vazio físico, esperando pousar no edifício ao lado, Klein salta para um vazio simbólico, imagético, potência de todos os vazios, e mais, potência do lançar-se humano na existência, como O Louco, talvez, da carta sem número do Tarot, ou como um simples cidadão que por um descuido perdesse o teto, o chão, perdesse tudo, exceto o risco.

Habitar é preciso: imaginar a terra

Fechando provisoriamente esta breve meditação a partir das imagens expostas e de certa delimitação teórica, resta colocada uma discussão do habitar como função intrínseca do humano, função de humanidade, ainda que esta se ponha cotidianamente em movimento. Como presentes divinos, tal como informado pelos mitos gregos, como realidades de que não podemos simplesmente nos abster ou nos esquivar, habitar o corpo no mundo (na terra, na vida, na imaginação) é dimensão humana, mais inescapável do que esta ou aquela insuficiência social, política, espacial, urbana. Tal como habitar o corpo, habitar a terra é fundamento do humano. A arquitetura e a cidade, como espaço humano no mundo, são desdobramentos desse corpo imaginante. Mas que mundo é esse, imaginado, em que não há lugar para uns ou para outros? Que imaginação os torna uns e outros? Que limite, que limiar assim os define e interconecta? Acaso esse limiar é guardado por um cão, um dragão, um fosso, uma serpente? Que imaginação dispõe um “velho” mundo como detentor, legislador e suposto salvador dos “novos” mundos que amaldiçoa, aprisiona e condena?

Como espelho de um passado não muito distante, cabe lembrar a ocupação em larga escala com que os povos europeus se instalaram e continuam se instalando em tantos terceiros mundos mundo afora, e que até hoje se perpetua, direta ou indiretamente, no saque, na exploração e na destruição dos territórios e dos povos originários. Que imaginação dá a uns o direito exclusivo de ocupar, escravizar, assassinar, usurpar e de esquecer, enquanto a outros cuida de expulsar da terra viva para lançar em uma urbanidade cega, alienígena, que não os recebe nem os reconhece?

61 <https://bit.ly/3EfnzOz>

Em grandes metrópoles como São Paulo, símbolo de uma modernidade desvairada e autofágica, em que alcançamos a graça de nos tornarmos, cada um, um ninguém, podemos ainda e sempre nos perguntar pela origem, pela origem das coisas como são e estão. De onde vêm esses edifícios abandonados e ocupados? E as pessoas que os ocupam, de onde vêm? Os proprietários desses edifícios e dessas cidades, de onde vêm? Que caminhos percorreram esses personagens? Que imaginação habitam? Que imaginação habitamos?

Referências

ARGAN, Giulio C. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRANDÃO, Junito S. *Dicionário mítico-etimológico*. Petrópolis: Vozes, 2000.